

**ATA N.º 03/2021**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 25 de junho de 2021.-----

----- Aos 25 dias do mês de junho de 2021, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Madeira Teixeira;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede a Sua Excelência o Presidente da República Prof. Marcelo Rebelo de Sousa;-----
- 4 - Processo de Inquérito n.º 77/18.2PECBR / Rogério da Cruz Oliveira Guimarães / Para conhecimento;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa Medidas de Apoio COVID / Medidas de apoio às famílias, empresas e entidades da economia social / Tarifas de abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos / Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.;-----
- 6 - Coronavirus COVID 19 / Recuperação das Medidas de Apoio aos Municípios e Entidades que constituem o suporte da Economia / 2.ª Semestre 2021 / Para conhecimento;-----
- 7 - Financiamento de contrapartida nacional a projetos Portugal 2020 / Empréstimo quadro com o Banco Europeu de Investimento / Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da 4.ª alteração ao Plano de Urbanização da

Cidade de Cantanhede / Relatório de Ponderação da Discussão Pública / Proposta final;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da 2.^a (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de viatura;-----

12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de terreno;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Construção de muros;-----

14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de trator;-----

15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã;-----

16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Ginásio de Cordinhã;-----

17 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Posto de Enfermagem de Cordinhã;-----

18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do edifício da Junta de Freguesia de Cordinhã;-----

- 19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Lagoa das Hortas;-----
- 20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Edificação de vários monumentos na freguesia (Banco Mágico / Combatentes / Carlos Oliveira);-----
- 21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Loteamento Albucaz;-----
- 22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Requalificação do Parque Infantil e Lazer de Enxofães;-----
- 23 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de equipamento;-----
- 24 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza urbana e do areal da Praia da Tocha;-----
- 25 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Requalificação do Mercado da Tocha;-----
- 26 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Requalificação do Mercado de Ourentã;-----
- 27 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja em Vilamar;-----
- 28 - Apreciação, discussão e votação da minuta da 1.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia de Cadima, a Freguesia de Cordinhã e a União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação Urbana (passeios);-----
- 29 - Apreciação, discussão e votação da minuta da 2.ª Adenda ao Contrato

Interadministrativo celebrado com a Freguesia de Febres, a Freguesia da Tocha, a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e a União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação urbana (Passeios);-----

30 - Relação das Isenções das taxas municipais concedidas durante o 1.º semestre de 2021 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento;-----

31 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Cedência do auditório da Biblioteca Municipal;-----

32 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Colaboração para gestão da Casa Carlos de Oliveira / Freguesia de Febres;-----

33 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Protocolo de Colaboração "Atlantic Geopark" – "Geoparque do Atlântico" – Criação de um "Geoparque" no território de intervenção da Ad ELO, a celebrar entre AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego e os Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho e Penacova;-----

34 - Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios e Financiamento do Serviço Intermunicipal e Inter-Regional / Transportes CIM-RC / A celebrar entre os Municípios associados da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, à exceção do Município de Coimbra e a referida CIM;-----

35 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da "Ecopista do antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz", a celebrar entre a Comunidade intermunicipal da Região de Coimbra CIM-RC e os Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada e Montemor-o-Velho;-----



36 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao art.º 50.º do Regulamento Municipal de Feiras e Venda Ambulante do Município de Cantanhede;-

37 - Autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de Consulta Prévia para celebração de Contrato ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre (AQ 01/2020), promovido pela CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 04/2021, CPr-CCP-ABS n.º 05/2021 e CPr-CCP-ABS n.º 06/2021;-----

38 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2020 e aplicação do resultado líquido do Exercício / Relação dos bens patrimoniais do Município;-----

39 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede relativo ao ano económico de 2020;-----

40 - Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, saudou todos os presentes e, de seguida, recordando que, devido ao estado de calamidade e à crise pandémica vivida, conforme acordado com a Sr.ª Presidente da Câmara e os líderes das bancadas da Assembleia Municipal, a sessão seria presencial apenas para os membros da Mesa da Assembleia, Líderes/responsáveis das bancadas com assento na Assembleia Municipal e Executivo Municipal, sendo que a participação dos restantes membros da Assembleia Municipal foi efetuada através de videoconferência, de acordo com o n.º 3 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Assembleia que o **Ponto** da

Ordem do dia com o n.º 35 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da “Ecopista do antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz”, a celebrar entre a Comunidade intermunicipal da Região de Coimbra CIM-RC e os Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada e Montemor-o-Velho» pudesse ser analisado de imediato, pelo facto Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, Eng.º António Carlos Albuquerque, ter que estar presente às 16h00, numa reunião sobre o mesmo assunto, com a Dr.ª Ana Abrunhosa. Não havendo qualquer objeção ao pedido efetuado por parte de todos os Membros presentes, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, o que está em causa é a votação da minuta de um contrato interadministrativo a celebrar entre a CIM e os municípios da Figueira da Foz, Montemor, Cantanhede e Mealhada. Recordou que o assunto se prende com o projeto que vai tornar a antiga linha de caminho de ferro numa ecopista, em parceria e que será financiado com verbas próprias da Câmara mas, também com fundos europeus. Acrescentou que, com a proposta da ciclovia, aquela linha desde a Mealhada até à Figueira ficaria com uma componente turística e uma componente ambiental, mas perderia em termos de transporte. Nesse sentido, tem-se discutido com a parte técnica do Município da Mealhada e com a Comunidade Intermunicipal, a possibilidade do Metro Mondego estender o metro até Cantanhede, vindo de Coimbra pelo lado da Mealhada, pelo lado de Barcouço, entrando na zona de Enxofães, Carvalho, utilizando paralelamente a parte da ecovia, de forma a poder fazer a ligação até Cantanhede e as suas zonas industriais. Solicitou, de seguida que,



o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, Eng.º António Carlos Albuquerque, pudesse intervir e explicar o assunto de forma mais técnica.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, Eng.º António Carlos Albuquerque, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão e com o auxílio de uma projeção, informou que a proposta em causa vem na sequência dos últimos desenvolvimentos do processo do Metro Mondego que já tem cerca de 20 anos, o qual já teve vários avanços e recuos, parecendo existir atualmente uma solução técnica que agrada, bem como recursos financeiros para colocar em prática o projeto. Acrescentou que, como a solução técnica encontrada é uma solução à base de autocarros elétricos, existe alguma flexibilidade da Metro Mondego para estudar outras hipóteses, nomeadamente, a expansão do metro a várias zonas limítrofes de Coimbra. Assim, no momento, está a ser estudada a sua extensão até Condeixa, por ser claramente um dormitório de Coimbra e tem algumas valências que permite ter capacidade para, de alguma maneira, gerar receitas que sustentem o projeto. Existe ainda a possibilidade de estudar o projeto de uma forma mais remota, nomeadamente, um canal adequado para a zona a seguir a Serpins / Lousã e que poderá levar a Góis e, eventualmente, a Arganil. Relativamente ao Concelho de Coimbra, informou que, como a última estação do metro de Coimbra será numa rotundo na zona de Trouxemil, por iniciativa do Município da Mealhada, em conjunto com o de Cantanhede, está-se a estudar a possibilidade de fazer a extensão do metro num eixo que conduza por Barcouço, Mala, Silvã, mas como só por si, a Mealhada, provavelmente não justificará essa extensão, juntando Cantanhede já há grandes possibilidades de a justificar. Referiu as negociações técnicas efetuadas com a vereadora da Câmara Municipal da Mealhada, Arminda Martins, pelas quais se perceberam, numa primeira abordagem,

que o eixo de expansão do metro terá que passar obrigatoriamente por Barcouço, zona menos contemplada em termos de transportes, porque na zona da Mealhada já há comboio, na zona da Pampilhosa. Sendo uma questão de oportunidade, foi analisada a possibilidade de levar o transporte até à Zona Industrial de Murtede, à Zona Industrial de Cantanhede e à Zona Industrial de Febres, que está a ter muita procura, justificando-se pelo elevado número de trabalhadores que utilizam transportes próprios. Assim, o que pareceu muito lógico foi aproveitar o canal da ecopista que estava prevista, porque, em qualquer sítio que o metro passasse, atravessaria sempre o canal do comboio que vem da Figueira da Foz, passando por Cantanhede e que vai para a Pampilhosa. Assim a proposta é de adequar o canal existente, compatibilizando a ecovia e colocando lá a possibilidade de fazer o metro num perfil único, com uma utilidade muito grande e que pode diminuir muito o tempo de viagem em transporte público para Cantanhede, com cerca de 30/35 minutos por se tratar de um metro de alta velocidade. Informou ainda que, em colaboração com a CIM, a quem a Câmara delegou funções na área dos transportes públicos, está-se a estudar a tal linha de transportes para as zonas industriais, sendo assim uma proposta global que pode advir do facto de se ter o Metro Mondego, potenciando não só o transporte Coimbra / Cantanhede, mas também todo o transporte interno no Concelho. Sugeriu, de seguida que fosse feita uma recomendação para que o eventual canal do metro seja colocado naquele sítio, compatibilizando as duas valências, uma poupança muito grande em termos de investimento público e otimizava a questão da gestão das infraestruturas que vierem a ser colocadas no território.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu a apresentação efetuada pelo Diretor do

Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, Eng.º António Carlos Albuquerque, solicitando de seguida que a mesma lhe fosse facultada tendo em vista a sua apresentação à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia de Murte. Manifestou, de seguida o regozijo da Junta de Freguesia de Murte com as soluções que estão a ser encontradas, sendo um projeto altamente estruturante em várias vertentes para a freguesia e que vai de encontro a um conjunto de preocupações que têm sido elencadas ao longo do tempo, nomeadamente, a utilização do canal da antiga linha férrea, para as duas vertentes de lazer e transportes. Acrescentou tratar-se de um projeto importantíssimo do ponto de vista industrial, do emprego, da atratividade da Freguesia, dos transportes públicos, indo ao encontro das atividades da Junta de Freguesia de Murte nos últimos anos, nomeadamente, potenciando a ligação de Murte à Silvã e a intermunicipalidade daquela zona nascente do concelho, aproximando a zona industrial da própria freguesia de Murte e das zonas periféricas do concelho da Mealhada. Concluiu que a Junta de Freguesia de Murte prestara todos os contributos que forem necessários e colaborará no que for preciso.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual após cumprimentar todos os presentes, congratulou a Câmara pela iniciativa e pelo sentido de oportunidade, que o município teve em tentar resolver o problema da mobilidade das pessoas em Cantanhede, pois continua a não haver uma solução satisfatória para todos os residentes em Cantanhede, em termos de tempo e de horários, para que as pessoas se consigam mover facilmente. Afirmou ficar agradado com os 30 minutos estimados para o trajeto Coimbra/Cantanhede e questionou sobre o tempo previsto para levar a cabo o projeto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, concordando com a

intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes e regozijando-se com a utilização das duas vertentes no troço do comboio, que também passa em Ourenã, alertou para o facto de Ourenã já estar bastante estrangulado em termos de trânsito, pelo menos no seu centro de Ourenã, onde o trânsito se faz com bastantes condicionantes. Acrescentou que, se se vai implementar mais um troço, para transportes, se calhar, dever-se-ia pensar de novo na variante a Ourenã e também na variante a Murte porque, no caso de Ourenã, no seu cruzeiro no centro, o trânsito faz-se com bastante dificuldade.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, ter tomado nota, esclarecendo, de seguida que, relativamente à minuta do contrato interadministrativo da ecopista a celebrar, não se trata apenas do seu percurso, mas também da ligação que se pretende que seja posteriormente dupla, porque o que a CIM está a lançar é a ecopista que vai por cima do local onde existia a linha férrea, que vai desde a Mealhada, passa por Cantanhede e segue por Montemor até à Figueira da Foz. Acrescentou que se pretende que a CIM analise o projeto e que complemente o troço na parte do metro, que não vai ser em simultâneo, porque o que está mais avançado é a ecopista do antigo ramal ferroviário da Figueira da Foz, por forma a não inviabilizar o que está mais atrasado. Reforçou que, em articulação com a CIM e a Câmara Municipal da Mealhada pretendem dar mais força ao projeto junto da administração do Metro Mondego, para que aquela zona seja complementada com o mesmo troço. Esclareceu também que, o pretendido é que não se dê mais a volta pela Geria e pela Adémia, existindo uma ligação que possa ir até à estação velha, e depois, outra ligação de autocarro para dentro da cidade. Recordou ainda que a Câmara Municipal de Coimbra não aderiu à autoridade de transportes da CIM, porque tem os SMTUC,



podendo, no entanto, fazer a interligação dos municípios limítrofes a Coimbra para facilitar o transporte.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando que no futuro, poder-se-á conciliar-se tecnicamente, por um lado, o projeto da Ecopista que vai avançar de imediato, entre a Pampilhosa e Figueira da Foz com cerca de 51 quilómetros, e paralelamente, pensar-se na introdução à ecovia do metro de superfície, fazendo todo o sentido a CIM liderar todo aquele processo por se tratar de um projeto intermunicipal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou à votação o **Ponto n.º 35 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da “Ecopista do antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz”, a celebrar entre a Comunidade intermunicipal da Região de Coimbra CIM-RC e os Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada e Montemor-o-Velho»**, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com 28 votos a favor e 1 voto contra.-----

----- De seguida, com os restantes elementos da Mesa conferiu as presenças, ausências e pedidos de substituição, tendo justificado as faltas da Sr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta, da Sr.ª Anabela Reste Pato, do Sr. Artur Jorge Dias Carvalhinho, da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil de Sá Camarneiro Fernandes Machado, por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. Pedido de substituição do Sr. Luís Miguel da Cruz Pato pela Sr.ª Maria Teresa de Jesus Almeida, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira pelo seu Tesoureiro Bruno Alexandre da Silva Marques, do Sr. Presidente da União das Freguesias de Sepins e Bolho pelo seu tesoureiro, Garcia Parreira Matias e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das

Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima pelo seu secretário, Licínio Manuel de Jesus Patarra.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal por meio de videoconferência.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2021, da sessão da Assembleia Municipal de 19 de abril de 2021.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 02/2021, da sessão da Assembleia Municipal de 19 de abril de 2021 a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 30 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 20 de abril 2021 a 25 de junho de 2021, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, a pedido da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou à consideração de todos os Membros da Assembleia Municipal a inclusão na Ordem de Trabalhos de mais um assunto relacionado com o estado da Saúde no Concelho de Cantanhede: "Moção pela reabertura da Urgência/Consulta aberta em Cantanhede / Proposta de petição pela reabertura da Urgência/Consulta aberta em Cantanhede / Mandatar a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede para tomar as providências necessárias no sentido de reverter a situação da prestação de serviços de saúde no Concelho". Colocada a votação aquela inclusão na Ordem de Trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade, ficando a constar como Ponto 41 da Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

----- Deu de seguida início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, devido à recondução do Sr. Eng.º António Manuel de Oliveira Guterres no cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, será presente uma proposta de Voto de Louvor na próxima reunião de Câmara, do seguinte teor: *"Na passada sexta-feira, 18 de junho, o Eng.º António Manuel de Oliveira Guterres foi reconduzido como Secretário-Geral das Nações Unidas, na sequência da votação unânime da Assembleia Geral da organização. Repetiu-se assim o resultado da primeira candidatura ao cargo do ex-Primeiro-Ministro português e ex-Alto Comissário da ONU para os Refugiados, que tinha já sido aclamado pelos 193 Estados-membros em 13 de outubro de 2016, também por unanimidade, após a recomendação que o Conselho de Segurança havia adotado uma semana antes. Se dúvidas houvesse, a recondução do Eng.º António Manuel de Oliveira Guterres num dos cargos de maior prestígio internacional confirma o reconhecimento da sua ação como estadista e ativista defensor das grandes causas humanitárias e ambientais, qualidades que de resto evidenciou claramente no seu primeiro mandato, a culminar uma brilhante carreira. A experiência política, a vocação de diplomata, a capacidade de diálogo e de gerar consensos e a luta pelos direitos humanos são traços vincados dessa carreira em que pontificam funções de relevo a nível nacional e internacional, funções essas que consubstanciam um currículo invejável e ao alcance de muito poucos. A este propósito, vale certamente a pena lembrar alguns trechos da biografia do Eng.º António Manuel de Oliveira Guterres publicada no site oficial das Nações Unidas: "Nasceu em Lisboa a 30 de abril de 1949 e tem raízes familiares na aldeia de Dornas, concelho do Fundão. Desde muito jovem demonstrou as suas capacidades, tendo ganho, em 1965, o Prémio Nacional dos Liceus. Depois de concluir o Liceu Camões, iniciou a licenciatura em Engenharia*

Eletrotécnica, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, terminando o curso em 1971. No mesmo ano começou a lecionar no Técnico, onde se envolveu em atividades de ação social, promovidas pela Juventude Universitária Católica. Foi ainda membro do Grupo da Luz, coordenado pelo padre Vítor Melícias, e presidente do Centro de Ação Social Universitário, uma associação que desenvolvia projetos sociais em bairros pobres em Lisboa, durante a década de 70. Mais tarde aderiu ao Partido Socialista (PS), pelo qual viria a exercer cargos políticos nos primeiros governos após o 25 de Abril. Foi deputado à Assembleia da República desde 1976, e presidiu a diversas comissões parlamentares durante 17 anos. Foi também membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa entre 1981 e 1983, onde presidiu à comissão de Demografia, Migrações e Refugiados. Em 1992, é eleito secretário-geral do PS e mais tarde exerceu o cargo de primeiro-ministro chefiando os XIII e XIV Governos Constitucionais, entre 1995 e 2002. Durante estes anos, esteve envolvido na resolução da crise de Timor-Leste e presidiu ao Conselho da União Europeia durante a presidência de Portugal no primeiro semestre de 2000. Altura em que foi adotada a Agenda de Lisboa e foi realizada a primeira cimeira entre a União Europeia e os países africanos. Após a demissão do cargo de Primeiro-Ministro foi ainda consultor do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos. Guterres foi também Presidente da Internacional Socialista entre 1999 e 2005, onde antes já exercera o cargo de Vice-Presidente responsável pelo comité de desenvolvimento (1992-1999). António Guterres entrou para o sistema das Nações Unidas em 2005, quando foi nomeado alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados, cargo que viria a ocupar por 10 anos. Guterres exerceu este cargo em tempos exigentes, tendo lidado com uma das mais graves crises de refugiados das últimas décadas, com o agudizar de conflitos na Síria, no Iraque e no Iémen e de várias crises no continente Africano,

como no Sudão do Sul e na República Centro-Africana. Neste período, o então alto-comissário para os Refugiados promoveu uma série de reformas estruturais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), visando melhorar a capacidade de resposta e a eficácia desta agência das Nações Unidas em situações de emergência. Antes de ser eleito secretário-geral das Nações Unidas foi conselheiro de Estado, designado pelo Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, cargo que já tinha exercido entre 1991 a 2002 por inerência dos cargos ocupados na altura. Guterres foi também administrador não executivo do conselho de administração da Fundação Gulbenkian. Foi ainda membro fundador do Conselho Português para os Refugiados, em 1991, e da Associação para a Defesa do Consumidor (DECO). É ainda, membro do Clube de Madrid e do Fórum Ibero-Americano. Tendo assistido ao sofrimento dos grupos mais vulneráveis da sociedade em campos de refugiados e zonas de guerra, está determinado a servir como um intermediário para a paz, construindo pontes e promovendo a inovação e a reforma. Hoje como secretário-geral das Nações Unidas é o porta-voz para os interesses e necessidades de todos, especialmente dos mais fracos e vulneráveis." Na sua tomada de posse para o segundo mandato de Secretário-Geral das Nações Unidas, Eng.º António Guterres reconheceu as "tarefas colossais a que o mundo deve responder unido" e declarou-se um "multilateralista devoto, mas também português orgulhoso", comprometendo-se "a servir igualmente a todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas, como mediador e construtor de pontes para um multilateralismo reforçado". Enunciou também os grandes desafios globais que se colocam à política e à diplomacia internacionais, nomeadamente "a evolução da natureza dos conflitos e a probabilidade de futuras pandemias e outros riscos existenciais, as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição ambiental", bem como "o declínio

dos direitos humanos, a falta de regulamentação no ciberespaço e uma divisão digital crescente". Conforme referiu na declaração de compromisso, António Guterres tem confiança no papel da organização que lidera, uma confiança reforçada no consenso multilateral que construiu para "reformas nas áreas de desenvolvimento, gestão, paz e segurança e por um certo ímpeto para algumas das transformações mais profundas". São estas e outras razões que fazem do atual Secretário-Geral das Nações Unidas fiel depositário da esperança do mundo relativamente a alguns dos problemas globais que subsistem e o tomam credor da nossa maior estima e reconhecimento, justificando por isso a aprovação de um voto de louvor pela sua recondução no cargo." -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a freguesia de Ançã acabou de ser agraciada oficialmente com o galardão Eco Freguesia 21, sendo um orgulho enorme para toda a freguesia, suas gentes e também para o concelho. Recordou que aquele galardão visa reconhecer e premiar as freguesias mais sustentáveis do país, avaliadas através de um conjunto de dez indicadores ligados à sustentabilidade económica, social, sociocultural, ambiental e territorial e informou que foi a única freguesia do concelho de Cantanhede e das únicas três do distrito de Coimbra a conseguir alcançar aquele feito. Afirmou ser um orgulho para Ançã ter aquele reconhecimento, sendo importante que a atribuição da bandeira verde seja um compromisso para continuar a trabalhar de forma sustentada e sustentável em prol da qualidade de vida da freguesia e das suas gentes, pois só com a ação e envolvimento de todos os que compõem a comunidade de Ançã se pode continuar a transformar aquela Vila, num território onde os valores da sustentabilidade económica, social,

ambiental e territorial sejam uma constante. Informou, de seguida que a atribuição da distinção decorreu numa cerimónia em Pombal, organizada pela Associação Bandeira Azul da Europa, com a presença do Secretário de Estado da Descentralização e Administração Local, a Anafre e o Ministro do Ambiente e referiu ser importante que todos os Presidentes de Junta de Freguesia percebam que, com a intervenção social de proximidade que todos podem fazer a diferença através de um conjunto de boas práticas de desenvolvimento do território. Nesse sentido, referiu que as matérias relacionadas com o ambiente, sustentabilidade, ecologia, com os mais carenciados, o tratamento responsável e a preparação do território para as novas gerações, são exigências que imperam e que os devem envolver até ao limite das suas forças, para poderem melhorar as condições de vida de cada uma das pessoas das suas comunidades, pelo que lançou um desafio às restantes Juntas de Freguesia para também se deixarem contagiar e, dessa forma servirem melhor as suas freguesias para que, em 2022 sejam mais freguesias do concelho de Cantanhede a ostentar aquele galardão. De seguida, deu os parabéns a todas as praias fluviais e marítimas do concelho, nomeadamente, à Praia da Tocha, às Sete Fontes e aos Olhos da Fervença porque, pela primeira vez, todas obtiveram a qualificação do Galardão Águas de Qualidade de Ouro, da Quercus. Acrescentou que, este ano, juntou-se a Piscina Natural de Ançã, talvez a que tem a água de banhos mais fria, mas com maior qualidade do concelho, por ser recebida diretamente da nascente de Ançã. Realçou o apoio do Município de Cantanhede pelo seu envolvimento, tornando possível aqueles resultados e lançou um convite a todos os presentes na sessão para visitarem e frequentarem todas as praias do concelho, envolvendo-se com as comunidades e, dessa forma, apoiarem também o comércio local.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida, a palavra à Sr.^a Ana Margarida Maia, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou que, mais uma vez, a Adega Cooperativa de Cantanhede está de parabéns pelo reconhecimento internacional do trabalho que tem feito na criação de vinhos com os mais elevados padrões de qualidade, inovação, respeito pela tradição, ecologia e sustentabilidade. Reconhecendo a importância da vitivinicultura na região e o seu impacto a nível económico e social na vida das populações e no turismo, para além da tradição associada a essa arte milenar de fazer vinho, acrescentou que, recentemente, a Adega Cooperativa de Cantanhede obteve um destaque com vinhos tintos, na 44.^a edição do *Challenge International du Vin*, o maior e mais antigo concurso internacional em França, e obteve mais dois vinhos tintos laureados com a medalha de ouro, nomeadamente, o Marquês de Marialva - Grande Reserva 2013 e o Marquês de Marialva Reserva de 2017 e ainda quatro medalhas na categoria de vinhos brancos e espumantes, conquistando assim seis das sete medalhas para os vinhos da Bairrada na edição 2021 daquele concurso. Como se tal não bastasse, os vinhos brancos da Adega Cooperativa de Cantanhede integraram a lista dos 50 melhores vinhos de branco do mundo pela *Wine Pleasures*, todos com uma pontuação acima dos 90 em 100 pontos e ainda, o Marquês de Marialva, colheita selecionada de 2020, com 96 pontos em 100 pontos, foi considerado o melhor da sua categoria brancos secos atingindo a mais alta pontuação do concurso. Concluiu que, conquistas como aquelas são o resultado do esforço, empenhamento e dedicação dos viticultores associados na produção de uvas de excelente qualidade entregues na Adega, obtidas a partir das castas regionais de referência, do trabalho único realizado por aquela instituição na obtenção de vinhos de altíssima qualidade, por todos os que lá trabalham e colaboram, tornando-se numa entidade de referência e de impacto a nível



local, nacional e internacional e que, deste modo, eleva o nome de Cantanhede, confirmando assim, e mais uma vez, a excelência dos vinhos produzidos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Miguel Gentil, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, lembrou o problema das telecomunicações móveis no concelho, que continua pior que há 10 anos atrás e solicitou ao Executivo que fosse feita uma pressão maior sobre as operadoras no sentido de melhorar aquele serviço. Acrescentou que, na Freguesia de Outil têm sido, por inúmeras vezes, assaltados os cabos na zona da Calcical, ficando as pessoas sem rede e sem acesso ao telemóvel durante semanas. De seguida, referiu que na estrada principal em Vila Nova de Outil, existem problemas relativamente às águas pluviais, porque há sítios onde o alcatrão está muito danificado e que já estavam a ser referenciados para ver o ponto da situação, pelo que solicitou mais informação sobre este assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou sobre a via regional Cantanhede / Tocha, que finalmente vai ter início da obra e, tendo tido conhecimento que Portugal alterou os seus planos iniciais de desconfinamento e que alguns concelhos limítrofes, estão já com casos significativos, questionou ainda sobre o estado da pandemia no concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Eduarda Pedro, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, colocou as seguintes questões: - Qual o desenvolvimento do aviso que saiu em Diário da República, relativo ao pedido de exploração de prospeção de caulinos maioritariamente na zona de São Caetano, mas que se estende também à freguesia vizinha de Cadima, assunto discutido na última sessão da Assembleia Municipal; - Qual o ponto da situação da

questão ambiental que se prende com as descargas na vala real que tanto preocupa a todos? – Recordando uma questão de segurança na via pública que ocorre constantemente na Rua Principal 12 de Julho, sentido São Caetano / Criação e vice-versa, referiu que, apesar do Município já ter colocado sinalização vertical, alertando os automobilistas para reduzirem a velocidade. Acrescentou que existem ali uns metros de via que estão cheios de desníveis por causa das raízes dos pinheiros, que, entretanto, foram colocados abaixo, e que provocam constantemente acidentes naquela zona, tendo o último ocorrido na semana anterior à presente sessão, obrigando ao corte da via e provocando dois feridos ligeiros. Acredita que seria o momento dos serviços municipais avaliarem a situação no sentido de procederem ao corte das raízes da via pública para tentar colmatar aquele problema que se tem vindo a arrastar e que, apesar do reforço da sinalização vertical, não resolveu a situação; - Agradeceu e enalteceu o trabalho do Município, da Proteção Civil e do Gabinete de Agricultura relativamente à gestão de combustível que efetuaram pela freguesia, limpando e cortando pinheiros junto à via pública e alertou para o facto de uma das ruas da Freguesia, apesar de estar sinalizada, não foi contemplada com aquela gestão de combustível. Enalteceu ainda a iniciativa de facultar árvores para a replantação em futura estação daquelas áreas e deixar aqui um bem-haja pela iniciativa e pelo trabalho desenvolvido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a responder às intervenções anteriores, da seguinte forma: - Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã e à eco freguesia, deu-lhe os parabéns e a toda a sua equipa e afirmou que, realmente, as praias do Concelho estão muito bem, quer a praia marítima, quer as fluviais, e que o facto de todas já terem bandeiras de qualidade da



água este ano, é um motivo de incentivo para se continuar a melhorá-las e dar melhores condições às pessoas na fruição daqueles mesmos espaços; - Relativamente à Adega Cooperativa que, mais uma vez, teve prémios de relevo a nível internacional, motivo de grande orgulho, informou que estava prevista para o dia a seguir a presente sessão, o início do *Pink Wine Fest*, uma parceria da Comunidade Intermunicipal destinada a ir ao encontro dos produtores e das adegas no Concelho e a promover o espumante Rosé. Contudo, perante o parecer da Sr.ª Delegada de Saúde, entendeu-se adiar o projeto, talvez para o início de setembro e com a presença a Adega Cooperativa, naturalmente; - Relativamente à questão das telecomunicações e da fibra ótica, informou que, mais pressão do que a que tem feito é impossível, uma vez que tem havido constantemente não só reuniões presenciais, como também contactos por escrito, por mail e pessoais com a parte técnica. Informou ainda que houve um contacto de uma empresa que propõe investir na construção de fibra ótica em vários locais do Concelho, para posterior cedência aos operadores e assim melhorar a cobertura de algumas freguesias, através de fibra ótica, no sentido de melhorar o acesso aos utilizadores. Acrescentou que esse processo está a ser acompanhado pelo Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão e pelo Chefe da Divisão de Modernização, Inovação e Qualidade, João Machado. Relativamente à questão do roubo da parte dos cabos de cobre, situação que também ocorreu em Outil, referiu as implicações para as empresas, as escolas, as extensões de saúde ou das farmácias, que ficavam sem qualquer ligação, e que neste caso, apenas se pode voltar a chamar a atenção. Concluiu afirmando que o Executivo continuar a pressionar todas as entidades para que o concelho, cada vez mais tenha a cobertura necessária; - Relativamente às estradas, afirmou ser obvio que não se vai conseguir pôr tapete na área toda, uma vez que o Concelho tem 400km². Recordou o

atraso, sobretudo de uma empresa que não está a cumprir com o que foi contratado e que tem esperança de uma melhoria em julho, existindo uma articulação entre o que vai ser realizado por empreitada e por administração direta. Referiu ainda que, apesar da questão do COVID não ser desculpa para tudo, o ano passado houve equipas que estiveram paradas pelo que, toda a programação que estava pensada através de administração direta foi deslizando, continuando, no entanto, a estar prevista; - Informou que, este ano, a Praia da Tocha também já tem a bandeira ECO XXI que ainda não foi hasteada; - Relativamente à ligação da EN109 à Zona Industrial da Tocha, recordou que o projeto, feito por uma determinada empresa, é de 1997 e que ultrapassa os dois milhões de euros, sem contar os terrenos, valores muito elevados que se espera que possam ser financiados por fundos europeus. Acrescentou que, no momento, como a empresa inicial para este projeto já não estava disponível, foi contratada uma outra empresa que vai retomar os trabalhos, estando já no terreno, as equipas de inspeção geológica, que também já estão contratadas, e a equipa projetista também vai avançar com a correção do traçado. Acrescentou ainda que teve aqui uma reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha e com mais algumas pessoas, os quais se mostraram disponíveis para ir para o terreno e ajudar na identificação dos proprietários, que são mais de cem, numa zona de minifúndio. Concluiu que, logo que estejam reunidos todos os dados necessários, poderá ser submetida a candidatura, já sinalizada junto da CIM; - Relativamente ao estado da pandemia e da vacinação no Concelho no Concelho, solicitou que a Sr.^a Vereadora, Célia Simões pudesse intervir sobre o assunto. Referiu, no entanto, que, motivados por alguns convívios, surgiram vários casos que deixaram o Concelho numa situação difícil e com receio de ter que regredir, como aconteceu em Mira ou com outros municípios à volta de Lisboa. Acrescentou que, a razão pela qual foi



Impedida a realização do *Pink Wine Fest*, foi ter surgido em Cantanhede a variante Delta. Contudo, informou que, de acordo com informações da Sr.ª Delegada de Saúde, no momento a situação está controlada; - Relativamente aos assuntos dos Caulinos e à ETAR, informou que já tinha levado o caso à CIM e também esteve em Lisboa com o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, o Sr. Presidente da Câmara de Mira e o Secretário da CIM, onde reuniu com o Sr. Ministro do Ambiente e os seus dois Secretários de Estado do Ambiente. Relativamente aos caulinos, informou que agora o parecer das autarquias já é vinculativo, desde que cumpra todas as condições que estão estipuladas por lei, isto é, desde que se justifique o porquê de não concordar, em termos ambientais, distância e tudo o que já estava anteriormente fixado, pelo que foi emitido o necessário parecer. Relativamente ao problema grave das descargas, informou que continua a decorrer um concurso por parte das Águas do Centro Litoral destinado à parte das condutas e, que irá afetar positivamente, toda a zona que apanha São Caetano. Relativamente questão da ETAR, informou que, finalmente o processo avançou, mas sendo um projeto pesado, porque o concurso engloba a execução, mas também o próprio projeto, ultrapassando os 14.000.000,00 €, todo o procedimento administrativo é moroso pelo que há que esperar que tudo decorra da melhor forma e que não surjam problemas. Informou também que, na reunião em causa foi solicitado ao Sr. Ministro algum apoio no sentido de se fazerem intervenções em termos ambientais que possam melhorar ou minimizar alguma situação possa ocorrer que durante aquele período.; - Relativamente à questão das raízes na via pública, informou que o assunto vai ser analisado no sentido de se verificar se a faixa de gestão de combustível poderá também ali incidir.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, interveio da seguinte forma: - Felicitou a Câmara Municipal por, finalmente, avançar com o alcatroamento das estradas na freguesia de Febres, nomeadamente, na estrada de Balsas e afirmou esperar que as empresas consigam avançar com o resto das estradas que estão alinhavadas; - Referiu que a requalificação da EB 1 de Febres também já iniciou, estando as obras a andar de uma forma bastante rápida, esperando que, no próximo ano letivo, as crianças já tenham aquela escola requalificada; - Agradeceu à Sr.ª Presidente da Câmara por mais um pequeno avanço no Parque Desportivo de Febres, ainda por concluir, pois fica o campo sintético por fazer. Acrescentou que, no último mês, o Parque Desportivo de Febres tem tido um conjunto enorme de atividades na prática do atletismo, tendo-se realizado muitas provas, entre elas, o Atleta Completo Distrital, o Olímpico Jovem e o Miting Jovem. Referiu ainda que, no próximo fim de semana também se vão desenvolver provas para o Campeonato Distrital Absoluto e para o Campeonato Distrital Sub-23. Referiu ainda que, o Parque Desportivo de Febres não tem importância só para a freguesia de Febres, mas também para o concelho de Cantanhede, pelo que, seria ótimo que a Câmara fizesse um esforço para finalmente terminar aquele espaço, visitado por muitas pessoas e por centenas de atletas que praticam desporto na pista de tartan. Acrescentou que o campo sintético se destina mais para a formação e que o campo relvado não suporta só o futebol mas também toda a formação, pelo que, chegando o inverno, a falta do campo sintético irá prejudicar o normal funcionamento dos treinos dos atletas; - Questionou a Sr.ª Presidente da Câmara sobre a zona industrial de Febres e recordando o assunto do Metro Mondego, afirmou ter ficado contente pela possibilidade de ligação até Febres. Referiu, de seguida que, se existe efetivamente,



procura de empresas na Zona Industrial de Febres, deveriam fazer-se os arruamentos do lado poente, que estão a prejudicar muito os empresários.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Marise Pessoa, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, interveio da seguinte forma: - Solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informação sobre a previsão dos alcatroamentos na freguesia de Cadima, segunda fase, uma vez que a primeira fase está condicionada à empreitada dos passeios na Rua Aristides Gonçalves Salvador. Referiu a existência de problemas nas raízes na via pública no lugar da Corga e no acesso ao Porto Sobreiro, pelo que espera que com a segunda fase, se consigam resolver aquelas situações que, de facto, são um problema para quem circula na via pública; - Agradeceu todo o trabalho que a Câmara Municipal de Cantanhede e a INOVA têm feito quanto à manutenção e limpeza das praias fluviais e marítima, que também tem contribuído para as distinções *Qualidade de Ouro*, *Bandeira Azul* e *Bandeira das Acessibilidades*, porque, infelizmente, os seus utilizadores nem sempre deixam as praias como deveriam deixar, fazendo com que o trabalho das equipas de manutenção e limpeza, tanto da INOVA como da Câmara Municipal, tenha de ser continuamente melhorado; - Deu um reconhecimento à equipa da Câmara Municipal de Cantanhede e ao seu Executivo pela adesão ao BUPi, Balcão Único do Prédio de registo prévio municipal, que tem como objetivo que o registo dos prédios, com a função de os mapear e identificar os seus proprietários. Referiu que a Câmara Municipal de Cantanhede tem promovido ações de sensibilização no concelho, indo a todas as freguesias de forma a conseguir englobar toda a população, atendendo a que a população é envelhecida e com dificuldade em se deslocar, conseguindo-se assim obter melhores resultados no mapeamento dos prédios e na identificação dos

seus proprietários, de forma a se ter um cadastro que, no futuro, muito ajudará as gerações futuras virem a conhecer o que realmente é de sua propriedade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual interveio da seguinte forma: - Manifestou a concordância da bancada do PSD com o voto de louvor que a Câmara Municipal vai apresentar a António Guterres, pelo seu percurso e ativismo, com especial ênfase, naturalmente, no papel que tem desempenhado na ONU. Recordou o orgulho e o contentamento que já tinham sido manifestados, quer pela sua bancada, quer pela própria Assembleia, aquando da sua eleição para o primeiro mandato; - Manifestar o contentamento para a sua Bancada, na atribuição de qualquer prémio para o concelho, independentemente de ser do foro municipal, das Juntas ou de privados, como é o caso dos sucessivos prémios atribuídos à Adegas Cooperativas de Cantanhede; - Questionou, se a Câmara Municipal de Cantanhede tem mecanismos de análise e priorização da correspondência capaz de garantir que não há correspondência que se perca nos meandros burocráticos da autarquia; - Questionou, se a Câmara Municipal de Cantanhede tem uma política de privacidade e de proteção de dados que consiga garantir que não aconteçam na Câmara Municipal de Cantanhede, os infelizes e graves exemplos que têm sido revelados na principal autarquia do país; - Relativamente ao Balcão Único do Prédio, reiterou que, realmente, é uma ferramenta muitíssimo importante, e que vai permitir a quem não conhece o terreno, nomeadamente aos decisores, perceber que o Concelho é uma zona de minifúndio, com muita agricultura de subsistência, com várias inconsistências nos registos, o que concorre para diminuir a rentabilidade, quer agrícola, quer florestal e para dificultar a manutenção em geral dos terrenos, contribuindo até para o abandono dos mesmos.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, abordou os temas do Desporto e da Cultura, penalizados pela pandemia, saudando todo o esforço e a grande resiliência que tem caracterizado a ação do Município, nestes tempos tão difíceis, esforçando-se para manter a chama viva e ativa nessas duas áreas tão sensíveis e tão penalizadas, mantendo atividades e levando a cabo alguns projetos. Relativamente à Cultura, aplaudiu o evento "30 minutos de música" que a Câmara, em boa hora, lançou e que, aparentemente tão simples, foi magnífico e tão bem feito, divulgando os artistas locais em diferentes quadrantes, com sonoridades surpreendentes. Da mesma forma, relativamente ao desporto, concretamente relativamente ao Parque Desportivo de Febres, referiu que o Município, consciente das valias municipais de que dispõe, faz questão de tentar rentabilizar os seus equipamentos e de os divulgar, mostrando capacidade para levar avante iniciativas que dão visibilidade ao concelho e às suas gentes. Agradeceu de seguida à Sr.ª Presidente e a e aos Vereadores todo o trabalho que têm desenvolvido naquela área. Ainda relativamente ao desporto e no diz respeito a São Caetano, mais concretamente ao seu pavilhão gimnodesportivo, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, relativamente à questão da eletricidade assumida pelo Município, paga há meses pelo município e ainda não executada pela EDP, que exercesse alguma pressão para que pudesse ser instalada a energia elétrica naquele espaço, para que, logo que outras intervenções complementares ocorressem, se pudesse finalmente abrir portas e começar a desenvolver atividades; -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a responder às intervenções anteriores, da seguinte forma: - Relativamente à Zona Industrial de Febres, informou que a mesma está a ter

uma procura bastante grande, no entanto, no momento as equipas de trabalho do Município estão completamente assoberbadas de trabalho. Acrescentou que o assunto referido é pertinente e não foi esquecido, sendo apenas uma questão de programação para poder avançar. Relativamente à sinalética, informou que, finalmente, pensa que o processo vai ser concluído, não só em Febres, mas também na Tocha e em Murtede/Sepins, permitindo que qualquer pessoa que vá às zonas industriais tenha melhor acessibilidade para procurar diretamente a empresa que necessita; - Relativamente à intervenção da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, informou que já referiu uma das situações, tendo já falado na terceira fase, relativamente a uma das empreitadas que afeta substancialmente São Caetano e que está mais prejudicada porque passou-se para a administração direta para ser mais rápido. Acrescentou que Cadima já teve intervenção da administração direta no ano passado e nos dois anos anteriores pelo que deve haver um certo equilíbrio no que toca à empreitada. Recordou que Cadima tem uma área muito grande e teve intervenções de refechamentos na zona onde fizeram passeios. Assim, informou que a terceira fase já está em audiência prévia para a parte dos alcatroamentos, juntamente com Tocha e Sanguinheira, talvez com o seu início ainda antes da segunda fase, sendo só uma questão prática. Informou ainda que são feitos os contactos diários com a empresa, porque apesar de ter concorrido ao concurso, não tem mão de obra suficiente para abarcar tudo, contudo, perante uma informação que obteve, acredita que finalmente vão avançar com aqueles trabalhos; - Relativamente à questão da correspondência ou da privacidade, informou que a Comunidade Intermunicipal tem com os 19 municípios um projeto comum que trata a questão da proteção de dados. Acrescentou ser um projeto conjunto, com uma empresa e um técnico específico que trata toda a área dos 19 municípios, não existindo qualquer



problema. Informou ainda que, quando surgiu a questão de Lisboa, houve logo um contacto por parte daquela empresa no sentido de dar evidencias do que existia no concelho de Cantanhede, o que foi logo transmitido. Posteriormente a mesma entidade confirmou que o Município tem os procedimentos certos e legais na tramitação de processos daquela natureza; - Relativamente ao Pavilhão de São Caetano, recordou que, contrariamente a alguns clubes, cujos parques desportivos foram todos feitos pelo Município, existe uma associação que ainda hoje o está a pagar ao banco e que teve ao longo destes anos muito trabalho pessoal, tendo o Município avançado com alguma ajuda. Informou, de seguida que a ligação da água e do saneamento está feita, e que, em relação à energia elétrica, vai continuar a pressionar a entidade responsável para ver se, de uma vez por todas, a população de São Caetano vir a usufruir daquele ótimo espaço, que tem estado parado por falta daquela componente. Afirmou esperar que brevemente o problema seja ultrapassado para que aquele espaço seja utilizado quer na área desportiva, quer na área cultural, porque o pavilhão tem as duas componentes; - Uma vez que se referiu à área desportiva, informou que o Parque Desportivo de Cantanhede está em Tribunal de Contas já há algum tempo pelo facto da verba ser elevada, causa pela qual a empreitada ainda não teve início.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 2 - «Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Madeira Teixeira», do seguinte teor: "O falecimento, no passado dia 13**

de junho, do Senhor António Madeira Teixeira, traduziu-se numa inquestionável perda para o concelho e para a região, consubstanciada no sentimento de consternação de todos quantos com ele tiveram o privilégio de lidar. Nascido na Granja de Ançã, era casado com Vitória da Silva Teixeira e pai de 2 filhos, Pedro Teixeira e Rosinda Teixeira. As suas fortes ligações à família e à terra estiveram presentes ao longo de todo o seu percurso pessoal e profissional, consubstanciadas numa proximidade geográfica e emocional que facilmente se constata. Nos anos 70 do século passado iniciou a sua atividade empresarial e em 1977 fundou a Fapricela, nessa altura com a designação de "Fapricela – Fábrica de Pregos do Centro, Lda". A sua visão, iniciativa e empreendedorismo rapidamente permitiram o crescimento, consolidação, diversificação e internacionalização de um grupo empresarial, que se tornou uma referência nacional e internacional no setor da trefilaria. Seguindo uma filosofia de crescimento sustentado e de modernização tecnológica e de processos, a empresa, que hoje se designa "Fapricela, S.A", tem procurado reforçar a sua liderança nacional e voltou-se para mercados externos altamente competitivos, o que proporcionou um enorme aumento do seu volume de negócios, garantiu a empregabilidade a centenas de pessoas e permite que a empresa seja uma das maiores exportadoras da Região Centro. A constituição do grupo Fapricela permitiu também o alargamento da atividade, seja dentro do próprio setor dos metais, seja também a novos setores, como a construção civil e a hotelaria. O seu assinalável percurso já havia aliás sido reconhecido pela Câmara Municipal de Cantanhede, que aprovou por unanimidade, em 18 de julho de 2017, a atribuição de um voto de louvor e reconhecimento ao Senhor António Madeira Teixeira, pelo "mérito da sua atividade empresarial, nomeadamente pelo efeito daí decorrente para a consolidação do processo de desenvolvimento do concelho, em função da atitude empreendedora e da

competência de gestão que sempre demonstrou na administração de empresas que representam centenas de postos de trabalho no concelho". Também já havia sido homenageado pela Junta de Freguesia de Ançã com o Galardão Ançã de Ouro, atribuído para distinguir o "seu percurso profissional de empreendedorismo" e "o seu apoio ao desporto e à cultura". Foi um dos principais ativistas da constituição da AEC - Associação Empresarial de Cantanhede, da qual foi o primeiro presidente da Direção eleito, tendo desempenhado o cargo durante dois mandatos consecutivos, um de 1994 a 1996, outro de 1997 a 1998. Presidiu ainda ao Conselho Fiscal nos dois mandatos seguintes, de 1998 a 2000 e de 2001 a 2002. Também era presidente da Assembleia Geral da Sojormedia Beiras, empresa detentora do "Diário as Beiras". Ao longo da sua vida evidenciou sempre um forte envolvimento na dinamização da atividade sociocultural e desportiva local, quer como benemérito na construção de equipamentos coletivos, quer enquanto membro dos órgãos dirigentes de entidades locais, quer ainda como grande responsável da cultura de responsabilidade social que implementou nas empresas que fundou e que tem revertido em incontestáveis benefícios para a comunidade. A título de reconhecimento, regista-se que o seu nome foi mesmo atribuído ao Gimnodesportivo da Granja, cuja designação oficial é Gimnodesportivo António Madeira Teixeira. Invocando o exemplo de vida do Senhor António Madeira Teixeira e o valor inestimável do seu legado de empresário e benfeitor, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede propões a aprovação de um sentido e profundo voto de pesar pela enorme perda que a sua morte representa para o concelho de Cantanhede."-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o executivo levou à reunião de câmara o seguinte voto de pesar: "No passado dia 13 de junho, faleceu o Senhor António

Madeira Teixeira, ocorrência que deixou absolutamente consternados todos quantos tiveram o privilégio de conhecer o extraordinário empreendedor que construiu um grupo empresarial de referência nacional e internacional no setor da trefilaria. António Madeira Teixeira nasceu na Granja de Ançã e deu os primeiros passos na atividade empresarial na década de 1970, tendo evidenciado desde muito cedo o espírito de iniciativa, a tenacidade, a capacidade de realização e a abertura à inovação que explicam a fulgurante evolução da Fapricela, empresa que fundou em 1977 e que se afirmou como uma das maiores exportadoras da Região Centro de Portugal e uma das maiores indústrias de trefilagem da Europa. O constante investimento em tecnologia e na modernização dos processos de produção orientados para a incorporação de cada vez maior valor acrescentado em produtos de qualidade certificada são fatores que notabilizam o grupo empresarial criado à imagem do seu fundador, cujo legado está tanto na dimensão da atividade que as empresas atingiram como na estratégia que implementou para o seu desenvolvimento. Essa foi uma das razões que levou a Câmara Municipal de Cantanhede a aprovar, por unanimidade, na sua reunião ordinária de 18 de julho de 2017, a atribuição de um voto de louvor e reconhecimento ao Senhor António Madeira Teixeira, invocando para o efeito "o mérito da sua atividade empresarial, nomeadamente pelo efeito daí decorrente para a consolidação do processo de desenvolvimento do concelho, em função da atitude empreendedora e da competência de gestão que sempre demonstrou na administração de empresas que representam centenas de postos de trabalho no concelho". Era de facto um homem de grande visão, um investidor arrojado, um empresário profundamente identificado com as exigências da aplicação de boas práticas de gestão, o que aliás está bem demonstrado no modo como preparou a sua sucessão no grupo, processo em que soube preservar o melhor do cariz familiar que

C

lhe esteve na origem, mas preparando devidamente a administração e a direção de topo para a resposta aos grandes desafios emergentes. Consciente da responsabilidade dos empresários para com a comunidade e da importância do seu papel na reivindicação de condições favoráveis ao crescimento e consolidação da base económica, o Senhor António Madeira Teixeira foi um dos principais ativistas da constituição da Associação Empresarial de Cantanhede, da qual foi o primeiro presidente da Direção eleito, tendo desempenhado o cargo durante dois mandatos consecutivos, um de 1994 a 1996, outro de 1997 a 1998. Presidiu ainda ao Conselho Fiscal nos dois mandatos seguintes, de 1998 a 2000 e de 2001 a 2002. Ao longo da sua vida evidenciou sempre um forte envolvimento na dinamização da atividade sociocultural e desportiva local, quer como benemérito na construção de equipamentos coletivos, quer enquanto membro dos órgãos dirigentes de entidades locais, quer ainda como grande responsável da cultura de responsabilidade social que implementou nas empresas que fundou e que tem revertido em incontestáveis benefícios para a comunidade. Invocando o exemplo de vida do Senhor António Madeira Teixeira e o valor inestimável do seu legado de empresário e benfeitor, proponho a aprovação de um sentido e profundo voto de pesar pela enorme perda que a sua morte representa para o concelho de Cantanhede."-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual referiu que, como tem sido hábito, por uma questão de representatividade alargada e de dignificação do homenageado, a bancada do PSD colocou à disposição das restantes Bancadas a subscrição do Voto de Pesar em causa.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação por escrutínio secreto eletrónico o **Ponto 2 – «Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Madeira Teixeira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede a Sua Excelência o Presidente da República Prof. Marcelo Rebelo de Sousa»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a sua agenda, possivelmente, o Sr. Presidente da República virá a Cantanhede no dia 25 de julho, tendo o convite sido inserido nas comemorações do centenário do nascimento de Carlos Oliveira. Acrescentou que, para a Comissão de Honra, foram convidados o Senhor Presidente da República para Presidente daquela Comissão, o Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Ministro da Cultura, tendo todos aceite o convite. Acrescentou ainda que, o Senhor Presidente da República aceitou vir a Cantanhede dentro daquele contexto, mas também irá, previsivelmente, a Febres para presidir também à cerimónia que se espera conseguir fazer nos moldes semelhantes aos do ano passado, em Cantanhede, no dia 25 de julho. Assim, pela pessoa em causa, o executivo municipal entende que, aquando da sua visita, lhe seja atribuída a medalha de ouro da cidade, pelo que, de acordo com o regulamento, a proposta tem que ser aprovada pela Assembleia Municipal. Acrescentou não ser necessário debitar todo o seu currículo e todas as qualidades que lhe são conhecidas para justificar a proposta apresentada e que outros anteriores Presidentes da República também já tiveram da parte do Município aquela atribuição.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que tem sido atribuída a mais alta distinção do município de Cantanhede, como seja a medalha de ouro, a anteriores



Presidentes da República, ao Presidente da Comissão Europeia, em 2014, aquando da sua visita a Cantanhede, e ao Sr. Professor Doutor Lima-de-Faria. Referiu ainda que a atribuição da medalha de ouro é atribuída sempre no momento em que um Presidente da República visita Cantanhede.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual referiu que, naturalmente, a bancada do PSD, independentemente das opiniões políticas que cada um possa ter sobre o Senhor Presidente da República, sendo o mais alto representante da nação, cumprindo com os critérios de atribuições anteriores, considera que, faz todo o sentido apoiar a decisão da Câmara de atribuir a medalha de ouro ao Senhor Presidente da República aquando da sua visita a Cantanhede.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede a Sua Excelência o Presidente da República Prof. Marcelo Rebelo de Sousa»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 4 - «Processo de Inquérito n.º 77/18.2PECBR / Rogério da Cruz Oliveira Guimarães / Para conhecimento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a comunicação em causa decorre de ameaças que foram feitas, em tempos, ao Presidente das Águas do Centro Litoral, aos funcionários das Águas do Centro Litoral, ao Presidente da Câmara de Mira e a ela própria. Acrescentou não conhecer a pessoa em causa e, que foi instaurado um processo em Tribunal, tendo o Ministério Público questionado sobre o que cada um pretendia em termos da sequência do processo. Assim, informou que as Águas do Centro Litoral vão seguir com o processo eventualmente em termos de

indemnizações, a Câmara Municipal de Mira, não sabe ainda, nem faz questão de saber e que, no seu caso, solicitou que a pessoa se retratasse. Acrescentando tratar-se da situação de um senhor que explorava agriões na zona onde aconteciam as descargas, passou à leitura da carta por ele enviada, do seguinte teor: "*Eu, Rogério da Cruz Oliveira Lima, residente na Rua (...), (...), com o Cartão de Cidadão (...) e melhor identificado nos autos do inquérito n.º 77/18.2 PECBR, venho por meio expressar a minha profunda tristeza e desgosto pelos meus comentários atentatórios ao bom nome e imagem da Senhora Presidente, bem como da própria instituição da Câmara Municipal de Cantanhede. Venho, portanto, formalmente pedir-lhe desculpa de forma muito séria e verdadeiramente sentida, pelas afirmações que teci e que em nada me abonaram como pessoa de bem e de valores que sou, que foram demasiadamente desrespeitosas a sua excelência Presidente. Quero também informar de que, pela minha honra, jamais estes atos voltarão a acontecer e que deste pedido de desculpa seja dado conhecimento a todo o executivo camarário, bem como ao senhor Presidente da Assembleia Municipal da mesma Câmara. Subscrevo-lhe com eterna gratidão do seu perdão, pois reconheço a elevação que demonstrou perante tudo o que aconteceu. Por ser verdade, abaixo vou assinar aos oito dias do mês de abril de 2021.*" De seguida, afirmou esperar que o assunto esteja finalizado e que, realmente, os problemas que a pessoa terá tido decorrente daquela situação não se agravem ainda mais.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 5 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa Medidas de Apoio COVID / Medidas de apoio às famílias, empresas e entidades da economia social / Tarifas de abastecimento**



de água, águas residuais e resíduos sólidos / Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou decorrente da proposta que foi feita por duas fases de forma a ir ao encontro de alguma penalização que empresas e famílias tiveram no período COVID, quer por falta de emprego no caso das famílias, quer porque as empresas tiveram uma quebra de faturação e, ainda face à intenção de participar a 100% às IPSS do concelho e aos Bombeiros Voluntários, a INOVA decorrente deixou de faturar àquelas entidades, sendo aqueles valores suportados pela Câmara. Nesse sentido, para que a INOVA, EM-SA possa ser ressarcida daquela diferença, propõe-se estabelecer com a Empresa Municipal um contrato-programa no valor de 32.681,41 €.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 5 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa Medidas de Apoio COVID / Medidas de apoio às famílias, empresas e entidades da economia social / Tarifas de abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos / Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 6 - «Coronavirus COVID 19 / Recuperação das Medidas de Apoio aos Municípios e Entidades que constituem o suporte da Economia / 2.ª Semestre 2021 / Para conhecimento».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a Câmara entendeu prorrogar aquele tipo de apoio até 31 de dezembro, abrangendo assim, não só o primeiro semestre, mas também o segundo semestre de 2021. Informou ainda que várias áreas estão

contempladas, nomeadamente: - As taxas de ocupação do mercado de Cantanhede e da feira quinzenal, a isenção do pagamento de taxas da venda ambulante, das unidades móveis, dos toldos, da ocupação da via pública, do espaço de publicidade, das esplanadas, dos parómetros, das conceções de equipamentos; - A prorrogação de concessionários, nomeadamente, do café-concerto da Praia da Tocha e do Parque Municipal de Campismo da Praia da Tocha; - Ao nível da educação e da ação social, promover o mesmo tipo de reforço e de equipamentos, como o Banco de Recursos, ao nível dos EPIS caso seja necessário, na parte da testagem e também no apoio à vacinação. Relativamente à vacinação, referiu a grande quantidade de funcionários e de encargos que o Município está a ter mas que o processo está a decorrer muito bem. Por isso, deixou um louvor a todos os profissionais de saúde e do Centro de Saúde, nomeadamente, a um grande número de profissionais de enfermagem e à equipa médica que estão sempre presentes juntamente com o pessoal da Proteção Civil e os funcionários da autarquia que não são só os da Ação Social e funcionam de forma rotativa para fazer o acompanhamento e a limpeza. Enalteceu, de seguida, todo aquele grupo pela forma célere como tem decorrido todo aquele processo.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 7 - «Financiamento de contrapartida nacional a projetos Portugal 2020 / Empréstimo quadro com o Banco Europeu de Investimento / Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a Empresa Municipal fez uma candidatura à POSEUR, na ordem de quase um milhão e meio de euros, relativa à RECICLA - recolha seletiva de bioresíduos. Acrescentou que, parte da componente



privada pode ter financiamento do Banco Europeu de Investimento, com muito boas condições, pelo que a INOVA solicitou 175.961,12 €. Esclareceu ainda que, de acordo com o regime financeiro das autarquias locais, foi analisada a questão da compatibilidade dos limites e da capacidade de endividamento do grupo, estando tudo de acordo com o estipulado na Lei, podendo o assunto ser votado, permitindo assim à INOVA aquele apoio para investimentos naquela área.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Financiamento de contrapartida nacional a projetos Portugal 2020 / Empréstimo quadro com o Banco Europeu de Investimento / Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 8 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Relatório de Ponderação da Discussão Pública / Proposta final»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que o assunto fosse apresentado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, com o auxílio do Sr. Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, presente na sessão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual informou que, a alteração ao Regulamento do Plano de Urbanização, pretende ajustar as regras daquele instrumento à realidade e desafios colocados diariamente ao processo de gestão urbanística e de certa maneira permitir uma resposta adequada do território às essências de sustentabilidade energética atual, com a possibilidade de instalação de

sistemas de geração de energia elétrica e outras estruturas indispensáveis aos requisitos funcionais das atividades previstas nas zonas industriais, em solos classificados como zona natural, nos lotes, e ainda adequar os alinhamentos da zona industrial. Acrescentou que, no fundo, a quarta alteração do plano de Urbanização da cidade de Cantanhede incide apenas no seu Regulamento, com o objetivo de adequar alguns dos seus artigos a novas realidades urbanísticas e aos objetivos do desenvolvimento sustentável, tais como permitir, como já referiu, a implementação de painéis fotovoltaicos em lotes industriais, assumir situações extraordinárias de colmatação da malha urbana, esclarecimento de regras para os novos usos permitidos em sótãos, cotas de soleira e situação de existência de caves, salvaguardar a ventilação e a definição de novas regras para edificação de anexos de habitação, entre outros. De seguida, frisando o esforço dos serviços para tentar adequar os planos e dar respostas efetivas àquilo que é a realidade e às exigências dos novos tempos e do próprio desenvolvimento local, deu os parabéns a toda a equipa daquela Divisão e solicitou ao Sr. Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, que fizesse uma análise muito rápida de cada um daqueles pontos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que: - Relativamente ao artigo 4.º, havia um conceito que não fazia muito sentido permanecer no seu ponto n.º 2, nomeadamente, que não eram considerados para o cálculo das superfícies, varandas e terraços não fechados. Esclareceu que, se não são fechados, não vão para o cálculo da superfície para a área, sendo automaticamente integrados no cálculo de área de construção; - Relativamente ao artigo n.º 22, alguns aspetos das zonas



industriais tiveram que ser adaptados às novas realidades, porque começaram-se a implantar indústrias com grandes áreas de construção, que têm portaria. Acrescentou que, como as portarias devem estar sempre num alinhamento diferente do edifício principal, o mesmo deveria ficar definido no regulamento e, por isso, foi introduzida aquela exceção da portaria poder estar fora do edifício principal da indústria. Por outro lado, essas portarias, em algumas situações, não estavam dentro da área inicialmente prevista para construção propriamente dito, sobrepondo-se a áreas não edificantes, e portanto, fora do alinhamento das grandes construções. Foi assim retificada essa situação para que a portaria pudesse ficar então num alinhamento diferente da construção principal, na denominada zona natural de proteção à via. Foram também introduzidas algumas alterações na alínea c) do artigo 22, para que fosse possível a implantação de painéis solares, porque há muitas empresas que pretendem instalar painéis solares para produção de energia elétrica para autoconsumo, dando assim essa possibilidade. Também houve uma alteração na alínea a) do artigo n.º 22 relacionada com afastamentos às extremas dos lotes, porque nos núcleos consolidados da zona industrial, existem sempre alguns lotes que foram construídos com base em alinhamentos que foram, entretanto, alterados, não fazendo sentido numa zona consolidada em que existe determinados afastamentos, colocar agora novos afastamentos; - Relativamente ao artigo n.º 26, informou que existia alguma dificuldade em fazer comutações de área na malha urbana quando as frentes dos lotes a construir eram inferiores a 10 metros para moradias unifamiliares ou inferiores a 18 metros para moradias plurifamiliares. Esclareceu que, se entre duas moradias plurifamiliares, houvesse uma frente inferior a 18 metros, não se conseguiria aprovar uma nova moradia plurifamiliar, porque o plano diz que a frente tinha de ter 18 metros e com esta alteração, já vai ser permitida a construção entre dois edifícios

já existentes para colmatar malha urbana; - Relativamente ao artigo n.º 27, informou que, até ao momento, os sótãos apenas tinham uso exclusivo de arrumos, no entanto, tem sido intenção do urbanismo, porque a volumetria do edifício já existe, dar-lhes outro uso, sendo agora possível a construção de instalações sanitárias nos sótãos. Acrescentou que ainda não conseguiram que os sótãos sejam habitáveis, mas esse é um objetivo do urbanismo, desde que estejam de acordo com o RGEU e o RMEU. No que concerne às caves, foi aumentada em 10cm a cota máxima de soleira quando existem carros, porque 10cm fazem a diferença entre se conseguir abrir vãos de ventilação para a cave ou não abrir; - Relativamente ao artigo n.º 28 que tem a ver com os anexos, informou que, até agora, a alínea c) do ponto n.º 1 indicava uma altura média de 3m para o anexo, acontecendo muitas vezes, que se o anexo tivesse muita profundidade, a cobertura iria sempre subindo, fazendo uma empena cega para o vizinho muito alto. Assim, para evitar que isso aconteça, por causa da questão estética, foi alterado aquele articulado para que o anexo no seu ponto mais alto tenha no máximo 4m de altura, altura considerada suficiente e válida para menos perturbar o ensombramento para os vizinhos; - Relativamente ao artigo n.º 36, que tem a ver com a questão de património edificado, informou que existem na cidade alguns edifícios que estão referenciados pela sua arquitetura, uns em bom estado de conservação, mas outros nem tanto. Acrescentou que, muitas vezes os proprietários desses edifícios, contactavam o urbanismo no sentido de fazerem algo naqueles espaços, mas como o plano de urbanização, até à data, obrigava aqueles proprietários a fazer uma reabilitação do existente, na maior parte das vezes desistiam porque o investimento não era rentável. Com a alteração ao ponto 3 do artigo 36, prevê-se que a recuperação seja preferencial e não obrigatória, ou seja, o urbanismo vai sempre incentivar os proprietários a garantir alguma preservação do edificado, no entanto, vai

deixar de ser obrigatório a sua recuperação integral; - Relativamente ao artigo n.º 37, informou que tem a ver apenas com uma questão de conceito, pois o mesmo mencionava que *"a utilização nas zonas urbanas de expansão era preponderante habitacional, admitindo-se a utilização mista"*, e agora já não se vai mencionar *"preponderante"*, ficando *"a utilização é mista"*, ficando claro para toda a gente que a utilização daquelas áreas de expansão é mista, podendo ter habitação, comércio e serviços.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Relatório de Ponderação da Discussão Pública / Proposta final»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou de novo que o assunto fosse apresentado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, com o auxílio do Sr. Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual referiu que os planos são instrumentos de gestão extremamente importantes, sendo uma das suas fragilidades, muitas vezes, a sua imutabilidade, perante o desenvolvimento permanente, a adequação de novas tecnologias e novas exigências e necessidades, que nem sempre se adequam à realidade. Referiu, de seguida que, no caso concreto, as estufas são um problema bastante grande perante o que existe em termos de regulamento, tendo-se procurado

encontrar um equilíbrio entre a realidade do meio rural e a possibilidade de poder, através de um processo simplificado, viabilizar a atividade agrícola em espaço devidamente controlado, até porque se fazem também em zonas urbanas, aproveitando quintais e permitindo valorizar espaço em terrenos agrícola e que estavam até agora limitados a determinados tipos de estruturas, viabilizando alguns projetos de grande interesse, alguns que até poderão ser candidatáveis e assim dinamizar a área da agricultura. De seguida, realçando aquela adequação a novas exigências, novos formatos, novas respostas, novos tipos de materiais que permitem encontrar soluções intermédias, sendo uma mais-valia em termos de desenvolvimento local, sobretudo na área da agricultura, solicitou que o Sr. Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, desse uma explicação mais aprofundada. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual informou que está regulamentado no PDM que se podem construir estufas em espaço urbano, em determinadas condições, mas não estava regulamentado para o espaço rural. Acrescentou que a alteração proposta vai permitir regulamentar a construção de estufas em espaço rural de forma simplificada, embora tenha regras de afastamentos às extremas, de acordo com o que a Direção Regional de Agricultura pretende.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto n.º 10 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e**



da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a alteração orçamental modificativa em causa teve a ver, essencialmente, com a necessidade de inserir rubricas novas, nomeadamente:-Para a aquisição de um terreno na freguesia da Cordinhã destinado a um pequeno largo; - Por causa de alterações para a rede viária do concelho em várias freguesias relacionadas com alcatrão e tapete; - Devido à a ecopista e ao Geoparque; - Para os Bombeiros, uma vez que se está a analisar um regulamento de apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede; -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, do **Ponto 11 ao Ponto 29** da ordem de trabalhos, se tratam de atribuições de subsídios e outros assuntos relacionados com as Juntas de Freguesia, pelo que sugeriu que fossem subdivididos em dois grupos, analisados e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- De seguida, solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de viatura»**, ao **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição**

de terreno», ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Construção de muros», ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de trator», ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã», ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Ginásio de Cordinhã», ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Posto de Enfermagem de Cordinhã», ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do edifício da Junta de Freguesia de Cordinhã», ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Lagoa das Hortas», Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Edificação de vários monumentos na freguesia (Banco Mágico / Combatentes / Carlos Oliveira)» e ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Loteamento Albucaz».

----- Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - Para a aquisição de uma viatura no valor de 8.500,00€ pela Freguesia de Ançã, propõe-se atribuir um subsídio à freguesia de Ançã no montante de 2.550,00€; - Destinado à aquisição, pela Freguesia de Ançã, de um terreno para criação de um parque verde junto à Ribeira de Ançã, no valor de 20.000,00 €, propõe-se a atribuição de um subsídio à Freguesia de Ançã pelo valor total de 20.000,00€; -



Para a construção de muros na Rua da Sarilha (Quinta do Silval), Rua D. Aristides Gonçalves Salvador e Rua Carlos Gil, na freguesia de Cadima, propõe-se a atribuição de um subsídio à Freguesia de Cadima no valor de 26.826,30 €; - Destinado à aquisição de um trator que custou 15.000,75 €, propõe-se a atribuição de um subsídio à Freguesia de Cadima no montante de 4.500,23 €; - Para a freguesia da Cordinhã, propõe-se a atribuição de subsídio para a requalificação do mercado da Cordinhã que à semelhança de outros, foi submetido a comparticipação da ADELO, estando a obra avaliada em 151.688,33 €. Acrescentou que o Município já tinha atribuído um subsídio de 50.000,00 €, propondo-se agora um outro subsídio de 33.000,00 €; - Ainda para a Freguesia da Cordinhã, para intervenção e beneficiação das instalações do ginásio da Junta de Freguesia, no valor de 12.200,00 €, propõe-se a atribuição de um subsídio de 3.660,00 €, para o melhoramento da área onde está o Posto de Enfermagem, no valor de 2.350,00 € propõe-se um subsídio de 705,00 € e ainda para a requalificação da sede da Junta de Freguesia, um subsídio na totalidade de 5.443,76 €; - Para a Freguesia de Febres, destinado à requalificação da Lagoa das Hortas, propõe-se um subsídio no valor de 10.000,00 €, que será pago de acordo com a apresentação da respetiva despesa; - Ainda para a Freguesia de Febres, para a edificação de três monumentos, um Banco Mágico, um alusivo aos Combatentes e outro a Carlos de Oliveira, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de 20.000,00 €; - Finalmente e ainda para a Freguesia de Febres, destinado à beneficiação do Largo do Loteamento de Albucaz, um subsídio no valor de 17.928,93 €.

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de viatura»**:------

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto**

11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de viatura», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de terreno»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aquisição de terreno»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Construção de muros»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Construção de muros»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de trator»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de trator»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e**



**votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã /
Requalificação do Mercado de Cordinhã»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Ginásio de Cordinhã»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Ginásio de Cordinhã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Posto de Enfermagem de Cordinhã»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Posto de Enfermagem de Cordinhã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do edifício da Junta de Freguesia de Cordinhã»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

Freguesia de Cordinhã / Requalificação do edifício da Junta de Freguesia de Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Lagoa das Hortas»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Lagoa das Hortas»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Edificação de vários monumentos na freguesia (Banco Mágico / Combatentes / Carlos Oliveira)»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Edificação de vários monumentos na freguesia (Banco Mágico / Combatentes / Carlos Oliveira)»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Loteamento Albucaz»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Loteamento Albucaz»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Requalificação do Parque Infantil e Lazer de Enxofães», ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de equipamento», ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza urbana e do areal da Praia da Tocha», ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Requalificação do Mercado da Tocha», ao Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Requalificação do Mercado de Ourentã», ao Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja em Vilamar», ao Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da 1.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia de Cadima, a Freguesia de Cordinhã e a União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação Urbana (passeios)» e ao Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia de Febres, a Freguesia da Tocha, a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariza e a União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação urbana (Passeios)»:-----**

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a informar que: - Destinado à Freguesia de Murtede, para Requalificação do Parque Infantil e Lazer de Enxofães, propõe-se a atribuição de um subsídio no montante de

20.033,01€, correspondente ao valor total da obra; - Para a Freguesia da Tocha, destinado a aquisição de equipamentos necessários à sua atividade no valor de 1.725,00 €, propõe-se um subsídio de 517,50 €; - Para a Freguesia da Tocha, destinado a apoiar a intervenção na limpeza urbana e do areal da Praia da Tocha, na época balnear, um subsídio no valor de 15.000,00 €; - Ainda para a Freguesia da Tocha, destinado ao mercado da Tocha, também com candidatura à ADELO, informou que a obra está orçamentada em 83.505,10 €, tendo a ADELO participado com 20.821,65 €, propõe-se um subsídio de 62.683,45 €; - Para a Freguesia de Ourentã, também de acordo com candidatura feita pela Freguesia de Ourentã para o mercado de Ourentã, junto às Sete Fontes, informou que a obra está orçamentada em 53.826,03 €, tendo a ADELO participado com 12.694,00 €, propõe-se um subsídio de 41.232,03 €; - Para a União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, para a requalificação da Fonte do Adro na Igreja de Vilamar, propõe-se a atribuição de subsídio no valor de 4.920,00 €; - Relativamente às adendas aos contratos interadministrativos, informou que a adenda refere-se a intervenções feitas pelas Juntas de Freguesia em domínio municipal, sendo a primeira adenda destinada: - À Freguesia de Cadima, destinada aos passeios da Rua Aristides Salvadores, da Rua Zuzarte Pessoa no Zambujal da Rua Principal na Taboeira, propõe-se o valor de 11.022,03 €; À Freguesia da Cordinhã, também destinada a passeios, na Rua da Valada, na Travessa da Rua do Adro e na Rua da Ermida, propõe-se o valor de 22.850,00 €; - À União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, também para passeios, na Rua dos Emigrantes, na Rua Padre Basílio da Costa e na Rua do Catalão, propõe-se o valor de 36.936,53 €; - Relativamente à segunda adenda aos contratos interadministrativos: - Para a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, destinado aos passeios na Avenida do Brasil, propõe-se o valor de



4.541,92€; Para a União das Freguesias de Covões e Camarneira, destinado a vários passeios também na Freguesia, propõe-se o valor de 6.338,56€; - Para a Freguesia de Febres, também destinado a passeios da Rua 5 de Outubro, na Sanguinheira e na Rua Doutor Simões Cúcio em Febres, propõe-se o valor de 68.400,00€; - Para a Freguesia da Tocha, destinado aos largos da Praia da Tocha, propõe-se o valor de 45.661,99 €.

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Requalificação do Parque Infantil e Lazer de Enxofães»**:

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Requalificação do Parque Infantil e Lazer de Enxofães»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de equipamento»**:

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de equipamento»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza urbana e do areal da Praia da Tocha»**:

-- ---- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

Freguesia da Tocha / Limpeza urbana e do areal da Praia da Tocha», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Requalificação do Mercado da Tocha»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Requalificação do Mercado da Tocha»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Requalificação do Mercado de Ourentã»:**-----

-- ---- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Requalificação do Mercado de Ourentã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja em Vilamar»:**--

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja em Vilamar»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da 1.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com**

a Freguesia de Cadima, a Freguesia de Cordinhã e a União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação Urbana (passeios):-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da 1.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia de Cadima, a Freguesia de Cordinhã e a União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação Urbana (passeios)»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia de Febres, a Freguesia da Tocha, a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e a União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação urbana (Passeios):**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Freguesia de Febres, a Freguesia da Tocha, a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e a União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação urbana (Passeios)»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 30 - «Relação das Isenções das taxas municipais concedidas durante o 1.º semestre de 2021 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, de acordo com a deliberação de 18/12/2017, a Câmara deve comunicar à Assembleia as isenções concedidas no

semestre anterior, no caso concreto, de junho a dezembro. Acrescentou que estas taxas nada têm a ver com as que há pouco referiu, porque aquelas foram concedidas no âmbito do COVID e informou que as taxas que foram isentas naquele período, por exemplo, às Juntas de Freguesia, aos Grupos Desportivos, às Associações Culturais, etc, perfizeram um valor de 7.925,55 €. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Cedência do auditório da Biblioteca Municipal»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se propõe uma isenção de taxas pelo valor de 38,76€ à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça. Recordou que, sendo uma isenção de taxas a uma Junta de Freguesia, de acordo com as normas, tem que ser aprovada pela Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Cedência do auditório da Biblioteca Municipal»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Colaboração para gestão da Casa Carlos de Oliveira / Freguesia de Febres»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio a qual recordou que casa Carlos de Oliveira já foi adquirida, arranjada e já está em funcionamento, sendo um espaço que, para além de divulgar a obra de Carlos de Oliveira, assegura a sua salvaguarda e a sua valorização,



contendo também uma ala para os escritores do concelho e da Gândara. Saliu a visão e o objetivo de difundir, incentivar e aprofundar toda a obra, não só de Carlos Oliveira, mas também de Augusto Abelaira e Jaime Cortesão, os chamados escritores da Gândara, com uma sala logo ao início, do lado esquerdo. Relativamente ao Protocolo em causa, informou que o mesmo define as regras gerais de funcionamento daquele espaço, cultural, artístico e educativo, que estará aberto ao público de terça a sexta entre as 14horas e as 18horas, aos sábados entre as 10horas e as 13horas e as 14horas e as 18horas e aos domingos desde que haja marcação prévia. Acrescentou que haverá visitas guiadas e que a entrada é gratuita, comprometendo-se a freguesia a ter no local um funcionário que terá formação em articulação com a Câmara Municipal. Informou ainda que os encargos relativos à água, eletricidade, telefone e Internet são da responsabilidade da Freguesia, assim como a manutenção e a limpeza, transferindo o Município o montante de 535,00€ para ajudar no funcionamento regular do espaço.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Rogério Marques, referindo que o Protocolo refere que o espaço funciona como um espaço cultural, no entanto o Município transfere um montante para a Junta de Freguesia para a gestão de limpeza e para o funcionário. Questionou de seguida se vai haver um protocolo, para o estudo e valorização da própria obra ou se é feita pela própria casa.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que, por exemplo, pelo facto de ter aquela sala com os outros escritores, o espaço irá ser potenciado pela utilização e pela presença dos mesmos, até porque muitos são de Febres como todos sabem. Acrescentou que esse assunto não foi referido porque o protocolo trata apenas da gestão do espaço, sendo que, a seu tempo, serão divulgadas as atividades a realizar. Afirmou que aquela casa tem todas as condições para ser um espaço de divulgação

para várias entidades, sobretudo para as escolas. Informou ainda que aquele espaço também tem uma zona ao fundo que, para tertúlias e debates culturais é muito interessante e pode ser utilizado noutras vertentes, existindo um conjunto de iniciativas que acredita vão ser implementadas e divulgadas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Colaboração para gestão da Casa Carlos de Oliveira / Freguesia de Febres»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Protocolo de Colaboração “Atlantic Geopark” – “Geoparque do Atlântico” – Criação de um “Geoparque” no território de intervenção da Ad ELO, a celebrar entre AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego e os Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho e Penacova»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de mais um protocolo intermunicipal com uma dimensão substancial e ambicioso, porque destina-se à criação de um geoparque, o “Atlantic Geopark”. Esclareceu que, há uns anos, a Figueira da Foz tentou isoladamente e não conseguiu, pretendendo agora a ADELO avançar com essa candidatura junto à Comissão Nacional da UNESCO. Informou, de seguida que o protocolo de colaboração a aprovar destina-se a estruturar todos os trabalhos e obter os recursos necessários para concretização do projeto que terá várias fases. Acrescentou que a primeira fase será de 2021 a 2024, destinada e toda a organização da candidatura para o reconhecimento do Geoparque por parte da UNESCO, depois em 2025, a fase seguinte destinada à gestão e ao funcionamento

do Geoparque. Informou ainda que, a ADELO tem desenvolvido muitas tarefas, contactado pessoas e entrado em negociações e em articulação com a universidade para que seja definida a área do território nos seis municípios e a estrutura de gestão territorial. Tem também de fazer a identificação do inventário do património geológico, proceder à identificação e ao inventário das infraestruturas existentes, conforme consta do protocolo, nomeadamente, museus, escolas, centros de interpretação, hotéis, restaurantes, empresas comerciais, associações de desenvolvimento empresariais, locais e regionais e ainda participar em eventos internacionais. e depois da sua elaboração submeter esta candidatura. Referiu finalmente, ser um processo longo, mas acredita que, com a conjugação dos locais com interesse nos municípios em causa, o objetivo poderá ser superado em termos não só culturais, mas também turísticos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referiu ser uma iniciativa de louvar e que em Portugal só existem cinco geoparques. Acrescentou que os mesmos representam uma forma de promover, valorizar e preservar o património geológico que o justifique e também de promover o turismo. Acrescentou ainda que, sendo a candidatura destes municípios no valor de 70.000,00 € cada, o projeto tem mesmo que ser intermunicipal, porque, de facto, um projeto daquela envergadura deve ser bem-sucedido. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual questionou se em Cantanhede já há alguns locais que estejam pré-sinalizados ou inventariados para integrar aquele projeto.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que esse trabalho vai ser agora iniciado, falando-se muito da questão das pedreiras de Ançã, Outil e Portunhos, mas

pretende-se alargar a outras áreas do concelho que tenham outras potencialidades e se possam inserir naquele contexto, como por exemplo, o Cabo Mondego na Figueira da Foz ou o Buçaco na Mealhada ou ainda outro tipo de atratividades que possam existir. Acrescentou que, no momento, estão a avaliar a vida de cada território, mas relativamente ao Concelho de Cantanhede, uma das tónicas imediatas, é a questão da pedra, porque ela existe e tem a ver com o projeto. Referiu ainda o facto de Cantanhede já ter um Museu da Pedra, direccionado para uma realidade que já possui e que foi explorado durante tanto tempo em termos escultóricos e outros, já é algo que potencia o projeto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Miguel Gentil, o qual relativamente à questão das pedreiras, referiu que, na zona de Vila Nova, que vai desde Portunhos até aos Fornos de Cadima, existem muitas pedreiras subterrâneas e muitos de fornos de cal, tudo de grande riqueza. Acrescentou ser uma pena as pessoas estarem a abandonar e a suberrar tudo aquilo, pontos turísticos que se estão a desprezar um pouco, no entanto, acredita que agora, com este projeto, tudo seja aproveitado.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que o Município está, no momento, a adquirir uma parte dos fornos de cal existentes junto à antiga estação de caminho de ferro, com intenção de adquirir outros. Acrescentou que, numa das reuniões na Figueira da Foz com a Universidade de Coimbra, chamaram à atenção para umas evidências existentes na localidade de Fornos pelo que solicitou à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima que desse uma explicação mais detalhada.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Marise Pessoa que, de facto, há indicações de artefactos geológicos no Monte Pelício, junto ao lugar

do Casal, uma zona que também fica junto ao antigo caminho de ferro e ainda, no S. Gião, um lugar que fica a caminho do Zambujal, quando se vai da rotunda do agora "Papa – Luas", em direção ao Zambujal, do lado esquerdo em direção a Lemede, entre essa estrada e o lugar de Lemede. Acrescentou que existe uma grande riqueza ao nível geológico no concelho que ainda não está explorado e que merece todo o interesse daquele projeto. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Protocolo de Colaboração "Atlantic Geopark" – "Geoparque do Atlântico" – Criação de um "Geoparque" no território de intervenção da Ad ELO, a celebrar entre AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego e os Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho e Penacova», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 34 - «Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios e Financiamento do Serviço Intermunicipal e Inter-Regional / Transportes CIM-RC / A celebrar entre os Municípios associados da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, à exceção do Município de Coimbra e a referida CIM»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que a autoridade de transportes para a Região de Coimbra passou a ser a Comunidade Intermunicipal, com exceção, como já foi referido de Coimbra, que tem os seus transportes coletivos. Referiu que algumas situações alteraram, que os municípios irão pagar menos do que têm pago até agora em termos de transporte e que toda a receita irá transitar para a CIM. Acrescentou

que a CIM irá analisar os circuitos especiais, que eram em zonas que não eram consideradas favoráveis em termos económico-financeiros e eram pagos à parte e agora vão ser inseridos nas carreiras de serviço público. Informou, de seguida que a proposta tem a ver com uma projeção em termos de tempo até 2029, mas em 2022, Cantanhede terá um encargo de 99.000,00€ e de 2023 a 2027, 198.000,00€ e em 2029 de 99.000,00€, perfazendo um total até 2029 de 1.389.892,00€, sendo o restante assegurado pela Comunidade Intermunicipal. Referiu ainda que a questão dos transportes terá ainda outro tipo de projetos, como o que é considerado "transporte a pedido", projeto pelo qual a comunidade Intermunicipal articula com os empresários ligados às empresas de táxis para as áreas em que os Sr.s Presidentes de Junta de Freguesia disseram que não tinham nenhuma cobertura de transporte público em algumas zonas. Acrescentou ser um processo que ainda vai ser afinado, mas o que está aqui subjacente é que as pessoas possam, mesmo nas zonas rurais e mais distantes, usufruir de um transporte público, à semelhança do que acontece nas cidades. Finalmente recordou que, o que vem para aprovação é o acordo de financiamento das atividades entre os municípios envolvidos e a Comunidade Intermunicipal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 34 - «Acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios e Financiamento do Serviço Intermunicipal e Inter-Regional / Transportes CIM-RC / A celebrar entre os Municípios associados da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, à exceção do Município de Coimbra e a referida CIM»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 26 votos a favor e 1 abstenção.-----



----- Passou-se de seguida ao **Ponto 36 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao art.º 50.º do Regulamento Municipal de Feiras e Venda Ambulante do Município de Cantanhede»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que o Sr. Vereador Adérito Machado, apresentasse a proposta que decorre da época balnear.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual informou que, a proposta de alteração do regulamento municipal de venda ambulante está relacionada com a transmissão das competências para os Municípios. Acrescentou que, com essa delegação, passaram para as câmaras alguns licenciamentos, tais como venda de gelados, de bolas de Berlim, de bolos e de fruta no areal das praias. Como o atual regulamento interditava a venda ambulante em áreas compreendidas dentro do perímetro urbano da cidade de Cantanhede e da Praia da Tocha, conforme definido no plano de Urbanização de Cantanhede e no plano de urbanização da Praia da Tocha, salvo as autorizações de forma pontual prevista, teve que se alterar o artigo n.º 50 do regulamento atual, no sentido de se poder passar a licença a quem esteja interessado em vender aqueles produtos no areal da Praia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 36 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao art.º 50.º do Regulamento Municipal de Feiras e Venda Ambulante do Município de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 37 - «Autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de Consulta Prévia para celebração de Contrato ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de**

eletricidade em regime de mercado livre (AQ 01/2020), promovido pela CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 04/2021, CPr-CCP-ABS n.º 05/2021 e CPr-CCP-ABS n.º 06/2021».

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que procedimento do fornecimento da energia elétrica em baixa tensão tem o valor de 2.188.189,44 € mais IVA, o de média tensão de 263.642,93 € mais IVA e o de baixa tensão especial de 299.159,16 € mais IVA e que, porque são plurianuais, decorrendo por 24 meses, concretamente de 1/7/2021 a 30/6/2023, têm de ser aprovados pela Assembleia Municipal.

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 37 - «Autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de Consulta Prévia para celebração de Contrato ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre (AQ 01/2020), promovido pela CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 04/2021, CPr-CCP-ABS n.º 05/2021 e CPr-CCP-ABS n.º 06/2021»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 38 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2020 e aplicação do resultado líquido do Exercício / Relação dos bens patrimoniais do Município»**.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordando o ano difícil pela questão do COVID, enalteceu na pessoa do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, a forma como toda a equipa da Divisão Financeira esteve no processo de alteração do sistema contabilístico, que, dito por outros municípios e por outras

entidades, nomeadamente a AIRC, estiveram em destaque, com um procedimento exemplar. Recordou que o sistema POCAL era o anterior referencial contabilístico, tendo passado para o SNC AP que é o sistema de normalização contabilística da administração pública. Acrescentou que fazer toda a alteração ao procedimento, foi difícil e complexo, embora no futuro seja muito mais compensador, porque Cantanhede não tem só as contas da Câmara, mais sim um grupo autárquico constituído pela INOVA, a ABAP e o BIOCANT, que já tinham outro método contabilístico. Recordou, de seguida que o ano de 2020 foi tremendo, com muitas dificuldades que ainda se fazem sentir, mas o Executivo está satisfeito com a equipa porque a possibilidade de o Município ter folga financeira e conforto, permitiu ir ao encontro de todo o apoio necessário que foi possível dar aos particulares, às empresas e às instituições. Acrescentou ainda que, mesmo com todas as dificuldades em termos de trabalho diário, porque houve teletrabalho, pessoas que ficaram doentes, conseguiu-se apresentar uma prestação de contas que demonstra que foram cumpridos os objetivos propostos. Referindo que a regra do equilíbrio orçamental foi cumprida, procedeu à apresentação e à análise da execução do orçamento, da seguinte forma: - A receita corrente com um valor de 30.258.514,81€ teve uma execução de 90% quando é imposta uma execução superior aos 85%, tendo sido cobrada uma receita total de mais de 27.000.000,00€, receitas de capital no valor de 3.600.000,00 €, outras receitas no valor de 3.481.000,00€ euros e as receitas correntes de mais de 20.000.000,00 €; - No orçamento da despesa corrente, existem alguns destaques, que não são novidade, nomeadamente, as despesas com o pessoal, sobressaindo a parte das remunerações, da Segurança Social, a ADSE e os seguros de acidentes de trabalho, os bens e serviços, as refeições escolares e os transportes escolares, as despesas com a pandemia do COVID19, que já

ultrapassaram há bastante tempo um milhão de euros, a energia, os encargos com as instalações, os combustíveis que têm um peso determinante no orçamento, os subsídios correntes que têm haver com as iniciativas culturais, desportivas ou sociais que decorriam da atividade das coletividades e que tiveram uma quebra no ano anterior, o financiamento dos contratos-programas com a INOVA, semelhantes aos dos anos anteriores; - Relativamente à execução do orçamento da receita de capital, sobressaem: - As empreitadas que não foram aceleradas da forma como era pretendido porque, no momento, os empresários têm tido uma dificuldade enorme em obter pessoal e muito material devido à pandemia da COVID19; - Muitas aquisições de terrenos para as zonas industriais, nomeadamente em Cantanhede, mas também em Febres que está a ter uma procura muito grande, na Tocha e na zona de Murte de e Sepins; - Os subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia e às coletividades, na área do investimento; - A amortização dos empréstimos e a comparticipação do Município no fundo de apoio municipal que já terminou; - Relativamente às Grandes Opções do Plano: - Nas funções gerais, não chegou a um milhão de euros para a atividade no âmbito geral da própria autarquia; - Nas funções económicas destaca-se a parte dos transportes, as vias de comunicação e o turismo; - As funções sociais, há largos anos que ocupam um grande encargo financeiro, mais de 6.500.000,00 € em atividades ligadas à educação, à cultura, ao desporto e à parte social; - Foi obtido um saldo de gerência, a transitar para o exercício económico a 2021 de 1.878.321,72 €; - Existe um resultado líquido de 1.129.994,27 € e um prazo médio de pagamentos a 16 dias devido à tramitação documental, desde a análise da fatura até ao seu efetivo pagamento; - As entidades que relevam para a dívida total do município são a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação de Informática da Região Centro, a Associação dos Municípios Portugueses de Vinho, a Comunidade

Intermunicipal da Região de Coimbra, a ERSUC - resíduos sólidos, a ABAP e o BIOCANT, sendo que apenas alguns fazem parte do grupo autárquico; - Relativamente ao endividamento informou que apenas se está a utilizar 31% da capacidade de endividamento, podendo ter um limite da dívida total de quase 30.000.000,00 €, existindo uma margem que ainda se poderia utilizar caso fosse necessário. Concluiu que a taxa de execução da receita foi de 90%, da despesa 82,62%, das GOP's 76,87% e as disponibilidades de 2.478.234,49€, resultando numa poupança de 6.281.680,14 €, saldo de gerência orçamental de 1.878.321,72 €, com o prazo médio de pagamentos a 16 dias, um resultado líquido do exercício de 1.129.994,27 € e um limite da dívida que está muito aquém do que se poderia atingir. Finalmente, recordando que não se estão apenas a apresentar contas, mas sim um relatório de tudo o que se fez em termos de atividade, solicitou aos serviços a projeção de um pequeno filme feito pelos serviços que representa muito resumidamente, as atividades gerais do concelho, nas várias vertentes e dos vários departamentos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual deu os parabéns ao executivo e aos técnicos e funcionários da Câmara e da INOVA pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano, em circunstâncias particularmente difíceis, perante o esforço coletivo e a competência avaliável pela qualidade e conteúdo da apresentação a que acabaram de assistir. Afirmou, ter dito, já por várias vezes na Assembleia que, o Relatório de Contas é um mero documento técnico e que o que realmente conta são as opções políticas que estiveram por detrás do mesmo, nomeadamente, as que são tomadas aquando do Orçamento, pelo que urge contextualizar aquelas duas vertentes. Fez de seguida uma abordagem mais

aprofundada ao que têm sido algumas posições políticas afirmando que o debate de ideias alternativas e esclarecidas é um dos pilares da democracia, sobretudo quando é feito de uma forma construtiva e fundamentada, denunciando e explicando de seguida incoerências das posições assumidas, nomeadamente: - Começando pelo princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no Regime Financeiro das Autarquias Locais, "*permite aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira*", referiu que nas declarações de voto e comunicados, alguns elementos do PS de Cantanhede têm apresentado um conjunto de propostas que concorrem para o seu incumprimento, apelando à ilegalidade de uma forma indireta. Acrescentou poder ser defensável o aumento ou a diminuição de ambas as rubricas, mas como já foi referido em ocasiões anteriores, o que não é exequível, nem sustentável, nem sequer permitido do ponto de vista contabilístico-legal é querer um aumento significativo das despesas correntes (aceitação de novas funções, aumento da despesa em várias áreas) associada a uma diminuição significativa das receitas correntes (taxas e impostos); - Recordou que a Câmara demonstrou grande capacidade na candidatura e aprovação de vários projetos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Cantanhede, que se traduzem em várias obras estruturantes no miolo urbano da cidade (as únicas que são candidatáveis ao referido PEDU), tendo sido elogiada essa inegável capacidade do Município de apresentar e fazer aprovar candidaturas importantes para o desenvolvimento da cidade, destacando-se a visão global do território que permite o desenvolvimento de um conjunto vasto de outras empreitadas que decorrem um pouco por todo o concelho. Recordou ainda que, aquando da aprovação do Orçamento 2020, o PS referiu que não havia coesão territorial porque o grosso do financiamento comunitário dizia respeito a Cantanhede, porque o PEDU (ao qual está

alocada a maioria dos financiamentos comunitários) apenas é aplicável à cidade, verificando-se com o novo referencial contabilístico e a nova forma de apresentação do Relatório onde existe uma listagem com dezenas de obras (empreitadas e administração direta) que abrangem as 14 freguesias, para além dos inúmeros subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia aprovados nas sucessivas sessões da Assembleia. Acrescentou conforme está exaustivamente explicado e repetido em vários documentos financeiros, a execução do PEDU atinge o seu auge em 2020 e 2021, traduzindo num reforço significativo das despesas de capital (pagamento das obras aos empreiteiros), mantendo a Câmara bons prazos de pagamento e transitando, uma vez mais o ano, sem dívidas a fornecedores; - Relativamente à concretização do orçamento neste Relatório de Contas, que afirma expressamente que a poupança corrente serviu maioritariamente para gerar investimento, ou seja, não serviu maioritariamente para pagar empréstimos, e muito menos para pagar erros do passado, recordou que os rácios financeiros e a poupança do Município de Cantanhede são *"indicadores decisivos da capacidade do município em investir recorrendo menos ao endividamento"* e que *"permitem aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira"*. Considerou assim que, dizer o contrário não é apresentar uma visão política alternativa, mas sim, distorcer a realidade e ir contra tudo o que recomendam as boas práticas contabilísticas e de gestão. Recordou que o PS de Cantanhede afirmou em 2021 que *"há uma deslocação significativa das receitas correntes para despesas de capital"*, afirmação e que já se viu em assembleia anteriores, mas que não encontrou qualquer repercussão no Orçamento 2021, constatando-se agora que também não encontrou repercussão nas Contas de 2020, porque enquanto as despesas correntes diminuíram, as despesas de capital

aumentaram. Após ter sido avisado para o erro, a bancada do PS persistiu em o declarar por escrito, pelo que reitera que é errado afirmar que houve qualquer deslocalização e muito menos das receitas correntes para despesas de capital; - Referiu que outras áreas que têm sido foco de preocupação e de reivindicação constante do principal partido da oposição, é o *"substancial reforço de verbas nos domínios da Educação, da Saúde e da Ação Social"*, procurando distorcer a realidade, porque em 2020 as verbas com Funções Sociais representam quase 50% das Grandes Opções do Plano, tendo-se gasto cerca de 1 milhão de euros com o combate à pandemia, o que na prática representa um reforço, de forma substancial no ano de 2021; - Recordou ainda que, o PS tem criticado a não aceitação pelo Município da transferência de competências nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social, opção do Município justificado na indefinição das reais funções a transferir e, sobretudo, na falta de concretização do pacote financeiro para fazer face a tais competências. Contudo, não convirá esquecer que o PS criticou a Câmara pela falta de investimento em três áreas, cuja gestão permanece maioritariamente na esfera do Estado Central, concluindo-se assim que, o PS Cantanhede só pode estar preocupado com a aceitação das competências nestas três áreas pela manifesta incapacidade e investimento local por parte do Governo; - Perante a afirmação categórica de que *"não é normal uma Câmara ter saldo de gerência"*, informou que em 2019, 144 municípios (quase metade do total) apresentaram um saldo orçamental positivo que revela *"um esforço de ajustamento do valor da despesa ao valor da receita possível de cobrar, mostrando, assim, um comportamento de boas práticas de gestão"*, concluindo que, ao existir algo anormal, serão as declarações do PS Cantanhede, uma vez que, não só é normal e frequente os municípios apresentarem saldos de gerência, como tal é visto como uma demonstração de boas práticas de gestão; - Foi



ainda dito e escrito que *"o normal é não haver lucro"* e que *"saldo a mais ou a menos significa que orçamento não está bem executado"*, afirmações desvirtuadas da realidade, que demonstram pleno desconhecimento do que são finanças autárquicas, desde logo, porque demonstra alguma dificuldade em distinguir saldo de gerência; - Acrescenta o PS que *"Gerir uma câmara, como quem está a gerir uma empresa é errado! E em ano de pandemia é inaceitável!"*, não se percebendo se se referem, às dificuldades que as autarquias e as empresas enfrentaram ou se à qualidade, eficiência e rigor que os empresários colocam na gestão das suas empresas. Acrescentou que, da parte da bancada do PSD, ficariam preocupados sim, se a Câmara gerisse o Município como o atual Governo gere o país; - Numa perspetiva global, diz o PS que *"a imposição das medidas que propuseram não colocaria em causa o facto da CMC ser uma das edilidades boas pagadoras em Portugal"*, propondo cortar 3,5 milhões de euros do lado da receita (reduções de impostos, isenções, etc) e um aumento das despesas correntes em cerca de 2 milhões de euros em várias áreas, o que globalmente gera um desequilíbrio orçamental de 5,5 milhões de euros. Acrescentou que, se a Câmara teve um saldo de 1,8 milhões, as propostas apresentadas pelo PS levariam a um saldo negativo a rondar os 3 milhões; - Na mesma linha, afirmou o PS que *"ter saldo de gerência em ano de pandemia, não é motivo orgulho, é motivo de preocupação"*, pretendiam, portanto, que em 2020 se gastasse tudo quanto se tinha, esquecendo-se que 2021 também é ano de pandemia e 2022 ainda não se sabe como será, sendo decerto necessária alguma almofada financeira para fazer face a mais despesas, mais apoios sociais e para a Câmara se substituir ao Estado Central nas muitas áreas onde este falha; - Foi ainda dito que *"esta opção de impor políticas mais sociais tem sido aplicada por algumas câmaras desde o início da pandemia"*. Recordou que a pandemia confrontou a todos com uma

crise sanitária sem precedentes, que se traduz em inúmeras e gravosas consequências em múltiplas áreas e embora se aceite que possa não se ter feito tudo o que os outros fizeram, é verdade que alguns municípios tomaram medidas que não foram tomadas em Cantanhede, também é verdade que em Cantanhede foram tomadas medidas que não foram tomadas noutros municípios, muitas delas da responsabilidade do Estado Central; - Por último, relativamente à política fiscal municipal no que se refere à Derrama e ao IMI, recordou que os vereadores do PS têm votado globalmente a favor dos impostos municipais e o único ano em que tal não aconteceu foi precisamente nas votações do IMI e da Derrama para 2020, pois nessa ocasião, o vereador Gonçalo Magalhães votou contra tendo-lhe sido retirada a confiança política e o outro vereador do PS faltou. Em 2021, regressou-se à normalidade e com um vereador que supomos representa o partido, o IMI e a Derrama foram aprovados na Câmara por unanimidade, com o voto favorável do PS; - Terminou destacando que um Membro daquela bancada referiu num ano recente que *"a falta de investimento em infraestruturas de base como estradas, redes e coletores, hipotecaria o nosso futuro por manifesta capacidade de visão futura"*., mas dois anos volvidos e perante o significativo investimento da Câmara na área rodoviária, já diz que política a sério é aceitar a transferência de funções do estado, porque tudo o resto, nomeadamente estradas e rotundas, é apenas demagogia; -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 38 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2020 e aplicação do resultado líquido do Exercício / Relação dos bens patrimoniais do Município»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 4 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pela bancada do PSD, do seguinte teor: *"O Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referentes ao ano de 2020 da Câmara Municipal de Cantanhede, evidencia sob a forma de dados técnicos e contabilísticos toda a complexidade da atividade desenvolvida pelo Município, que por sua vez é a concretização das opções políticas oportunamente tomadas e aprovadas. A análise destes documentos de Prestação de Contas, deve, portanto, avaliar não apenas a componente técnica, mas também o cumprimento dos referenciais de ação previamente idealizados e das opções oportunamente manifestadas. Assim, esta bancada no PSD na Assembleia Municipal destaca e releva os seguintes aspetos: reconhecer a extrema complexidade e imprevisibilidade que caracterizou a atividade municipal em 2020, com a chegada da pandemia de Covid-19, consubstanciada numa crise sanitária, económica e social. Os sucessivos confinamentos, as mensagens contraditórias dos nossos governantes centrais, os constantes e inesperados desafios, a necessidade de diversificar e prestar mais e melhores apoios, a redefinição de mecanismos laborais e os vários ajustes orçamentais, representam um conjunto de fatores que concorrem para concretizar circunstâncias extremamente difíceis. O documento agora apresentado e em análise é um excelente exemplo do relevo que deve ser dado a todos os funcionários do Município de Cantanhede pela forma como desempenharam as suas funções. Destacar que os bons indicadores financeiros do Município de Cantanhede não se devem certamente à influência de fatores nacionais e, de certa forma, até são em contradição com os mesmos, visto que os indicadores disponíveis para 2020 revelam uma retração da economia alicerçada numa queda histórica do PIB (Produto Interno Bruto), aumento da taxa de desemprego, diminuição das exportações e das*

importações e um novo aumento da dívida pública. Realçar o forte esforço orçamental (já superior a um milhão de euros) que não estava previsto e que foi realizado para implementar várias medidas para ajudar os munícipes, as famílias e as empresas, das quais destacamos apenas uma dúzia de entre as mais importantes: Realização de testes serológicos a mais de 13.500 pessoas, com enfoque particular em grupos populacionais mais expostos ao risco de contágio, nomeadamente os funcionários da Câmara Municipal e da Inova, nas Escolas e IPSS's, Bombeiros Voluntários e GNR, entre outras entidades; Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), máscaras e gel a IPSS's e outras entidades; Cooperação com as entidades responsáveis pela gestão da crise sanitária na realização de rastreios alargados e na montagem, operacionalização e funcionamento do centro de vacinação (Pavilhão Marialvas); Distribuição regular de cabazes de bens de primeira necessidade às famílias de alunos dos jardins-de-infância e do 1.º CEB em situação de carência económica; Criação da Linha Direta de Apoio à Ação Social e Saúde, para prestar apoio psicossocial a pessoas em isolamento profilático ou com carência económica e também para diligenciar o transporte de alimentos e medicamentos ao domicílio; Assegurar (em articulação com os agrupamentos de escolas) que todos os alunos podiam dispor de computador para participar nas atividades letivas à distância, mediante entrega de 108 routers de internet às crianças e jovens de famílias socialmente fragilizadas; Criação do "fundo social municipal empresarial" com dotação de 160 mil euros, para auxiliar as empresas que registaram em 2020 uma quebra igual ou superior a 20% da faturação de 2019 e, assim, ajudar a salvar postos de trabalho; Isenção das taxas de utilização de espaços no Mercado Municipal e na Feira Quinzenal de Cantanhede, de ocupação da via pública, dos toldos e da publicidade de todos os estabelecimentos comerciais, das unidades móveis de comercialização



de bens essenciais e da venda ambulante, bem como das rendas das concessões camarárias; Atribuição dos subsídios concedidos à atividade corrente ou permanente das entidades desportivas e culturais do concelho; Implementação de várias medidas de proximidade local (higienização de espaços, distribuição de bens, monitorização e identificação de situações de vulnerabilidade social) em articulação com as Juntas de Freguesia; Manutenção de uma ação continuada e preocupada nos aspetos e questões sociais, mediante o reforço substancial das verbas inscritas no orçamento para 2021 nas rubricas da saúde e da ação social. O orçamento inicial foi aumentado e revisto para 30,5 milhões de euros ao longo do ano, o que o torna um dos maiores da última década. Apesar das diversas limitações à atividade e das consideráveis verbas alocadas à saúde, ação social e apoios económicos, as contas não denotam uma diminuição da atividade ou do investimento, na medida em que as despesas de capital passaram de 8,6 milhões de euros em 2019 para 11,3 milhões em 2020, um aumento superior a 30%, registando-se também um aumento da taxa de execução desta rubrica. O Princípio do Equilíbrio Orçamental, avaliável pela poupança corrente (valor obtido pela dedução da despesa corrente à receita corrente) cifrou-se nos 6,2 milhões de euros, acima do já excelente valor obtido em 2019 e do que havia sido previsto em Orçamento. Também a Regra do Equilíbrio Orçamental foi largamente cumprida, o que permite aferir que a maioria desta poupança corrente serviu para gerar saldo que por vez foi traduzido em investimento (despesas de capital), isto para além da fração menor e que também serviu para amortizar empréstimos de médio e longo prazo. Destacam-se também os 6,5 milhões de euros gastos em funções sociais (praticamente metade da verba das Grandes Opções do Plano) e que abrangem áreas tão diversas como o ensino não superior (refeições escolares, transportes escolares, material escolar, cursos e bolsas), saúde (postos de enfermagem), ação social (apoios

a agregados familiares em extrema carência económica, banco de recursos Colmeia, IPSS's, apoio à natalidade, etc), cultura e desporto, entre outras. O saldo orçamental é de 1,8 milhões de euros, o que apesar de representar uma diminuição em relação ao ano anterior, revela também o "esforço de ajustamento do valor da despesa ao valor da receita possível de cobrar, mostrando, assim, um comportamento de boas práticas de gestão". Os diversos rácios orçamentais e financeiros apresentam valores bastante satisfatórios, ao que não será alheia a redução da Dívida de Médio e Longo Prazo em 44,2%, e também da Dívida de Curto Prazo em 4,7%. Com estes resultados, o endividamento é cerca de 1/3 do máximo legal admitido (1,5 vezes a média da receita corrente dos últimos três anos), o que na prática representa uma folga substancial de cerca de 20 milhões de euros. Importantes em termos contabilísticos, mas também para a imagem do Município e para os seus fornecedores, são o prazo médio de pagamento a fornecedores (apenas 16 dias) e o encerramento das contas de 2020 sem dívidas a fornecedores. Os diversos indicadores evidenciam assim um planeamento rigoroso, uma gestão exigente, um bom desempenho da Câmara e, em termos gerais, tratar-se de uma autarquia com uma atividade dinâmica, que honra os seus compromissos e que dispõe de uma excelente liderança. Por último, refira-se a amplitude destas Contas, que por um lado foram executadas com base em documentos previsionais em que foram ouvidos os diversos agentes políticos democraticamente eleitos e, por outro, apresentam um enorme conjunto de obras distribuídas por todas as 14 freguesias do concelho, com destaque para as várias e dispersas empreitadas de requalificação da rede viária e para as diversas obras de requalificação urbana na cidade (no âmbito do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano). Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal



de Cantanhede vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021.”-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 39 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede relativo ao ano económico de 2020»-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual apresentou o documento, recordando que o mesmo faz a consolidação deste grupo autárquico e dando as explicações que considerou relevantes, nomeadamente: - A receita efetiva do grupo municipal em 2020 ultrapassa os 36.550.458,16 €, com uma receita corrente de 27.073.678,16 €, uma receita de capital de 5.214.452,30 € e outras receitas de 4.775.880,55 €; - A despesa efetiva do grupo municipal no ano de 2020 foi de 33.919.558,46 €; - Ao analisar o balanço consolidado, que permite ver a situação financeira e patrimonial do grupo autárquico, verificou que houve uma redução dos ativos líquidos, derivado das diminuições das contas a receber e de caixa e depósitos que não foram compensados pelos acréscimos das rubricas de investimento e inventários; - O património líquido aumentou mais de 1.800.000,00€ face a 2019 e o passivo teve um decréscimo relativamente a 2019 de mais de 2.600.000,00 €; - Ao analisar a demonstração de resultados, verificou que o grupo autárquico atingiu um resultado líquido consolidado positivo de mais de 1.000.000,00 €, na conjugação total e um saldo de gerência a transitar para o ano 2021 de cerca de 3.230.000,00 €; - Informou que a despesa foi de 33.919,558,46 €, um saldo de gerência de 3.230.812,47 €, o ativo atinge quase 150.000.000,00 € e o património líquido quase 130.000.000,00 €, um passivo de 19.935.565,19 e resultado líquido, conforme já referiu de 1.003.664,48 €. Concluiu assim que, ao nível do grupo autárquico, a situação está controlada e normalizada.---

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 39 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede relativo ao ano económico de 2020»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor e 4 abstenções.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 40 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de uma pequena alteração, porque, no momento, o Município depara-se com uma adaptação de muitos serviços, em áreas que até agora, praticamente, não tinham funcionários. Deu como exemplo a área da proteção civil, completamente diferente do que existia há uns anos e cada vez é mais necessária. Referiu ainda que há vários funcionários em final de carreira a apresentarem as suas aposentações e que já foram reforçadas as equipas de tapetes, caminhos vicinais, carpinteiros, eletricitas, pedreiros, toda essa parte de assistentes operacionais, sendo também necessário criar uma estabilidade na parte dos auxiliares que dão apoio aos jardins de infância. Informou, finalmente que a segunda alteração ao Mapa de Pessoal propõem e contempla 310 postos de trabalho ocupados por tempo indeterminado e 5 a termo resolutivo certo e uma proposta de criação de 5 propostas de recrutamento por tempo indeterminado na carreira de assistente operacional, para a área de auxiliar da ação educativa, e ainda, alguns acertos relativamente a algumas mobilidades internas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 40 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da**

Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 41 - «Moção pela reabertura da Urgência/Consulta aberta em Cantanhede / Proposta de petição pela reabertura da Urgência/Consulta aberta em Cantanhede / Mandatar a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede para tomar as providências necessárias no sentido de reverter a situação da prestação de serviços de saúde no Concelho».-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, na última reunião do executivo foi falada a situação em que algumas áreas da saúde no Concelho se encontram e, unanimemente, por concordância de todos, foi decidido que, caso não houvesse alteração dos pressupostos e nenhuma aproximação fosse feita pela Secretaria de Estado ou pela A.R.S. Centro, teriam que abordar outras formas de atuação. Deste modo, procedeu à leitura de um texto sobre um ponto de situação da saúde no concelho, do seguinte teor: *“Face à situação de rutura a que chegaram alguns serviços de saúde no concelho de Cantanhede, considerando a falta de respostas do Ministério da Saúde às nossas reiteradas interpelações, para a necessidade de ser urgentemente resolvido os graves problemas há muito identificados nesse campo e tendo em conta a total indiferença da tutela relativamente às posições por várias vezes assumidas pela Assembleia Municipal sobre esta matéria, vejo-me de novo obrigada a reivindicar mais e melhor saúde para os munícipes, pelo menos a um nível que não seja atentatório dos direitos e da dignidade das pessoas, como lamentavelmente acontece agora. A este propósito importa lembrar que tenha existido, nomeadamente, junto do Ministério da Saúde para que este ano no quadro daquelas que são as suas competências e obrigações, acione as soluções indispensáveis à superação dos*

insuportáveis constrangimentos a que nesta altura estão sujeitos os serviços de saúde no concelho de Cantanhede e tenho manifestado inteira disponibilidade para colaborar na implementação dessas soluções. Conforme tenho declarado em comports em inúmeras ocasiões, o município de Cantanhede tem feito tudo o que está a seu alcance para colaborar na melhoria do funcionamento dos serviços de saúde no concelho, sempre no quadro da sua capacidade de intervenção. O que não pode obviamente é imiscuir-se em áreas da competência que não lhe pertence. Daí a minha indignação pelo autêntico insulto do atual Ministério da Saúde aos munícipes deste concelho ao ter deixado de cumprir o protocolo celebrado em 24 de Fevereiro de 2007 com esta autarquia, a começar pelo encerramento da consulta aberta, criada para ser assegurada pelos profissionais do Centro de Saúde de Cantanhede entre as 8 horas e as 24 horas nas instalações do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em substituição do Serviço de urgência dessa unidade hospitalar, na altura a funcionar durante 24 horas diárias. Foi com base neste protocolo proposto pelo então Ministro da Saúde, Correia de Campos, no âmbito da reforma da rede de urgências que o município de Cantanhede deu a sua anuência ao encerramento da urgência do Hospital, confiando de boa fé que a consulta aberta entre as 8 horas e as 24 horas, daria resposta adequada à procura, o que indicadores da influência pareciam confirmar, por isso é absolutamente inaceitável que também esta tenha sido encerrada muito antes da crise pandémica de COVID-19, sem que a Câmara Municipal de Cantanhede tenha sido tido ou achada no processo e, portanto, completamente ao arrepio daquilo que o Ministério da Saúde se comprometeu, ou seja, a câmara de Cantanhede e os munícipes podem muito justamente sentirem-se enganados pela tutela com a agravante de que a deterioração da resposta se tem vindo a acentuar significativamente e não apenas devido à pandemia de COVID-19. É perante esta

triste realidade que o executivo camarário reivindica de novo o integral cumprimento do protocolo celebrado entre o Ministério da Saúde e o município de Cantanhede cujo artigo 9º, volto a lembrar, refere, passo a citar que "o Hospital Arcebispo João Crisóstomo e que mudará nas suas atuais instalações da urgência, uma consulta não programada para casos agudos do foro ambulatório sob a responsabilidade do Centro de Saúde, diariamente, com horário alargado das 8 horas às 24 horas com acesso direto aos meios complementares de diagnóstico do hospital que cobrirá a maior parte da atual procura da urgência." No mesmo artigo 9º consta que "será feita uma avaliação periódica pela ARS do Centro em diálogo com o município no sentido de otimizar a relação entre o horário atualmente disponibilizado e as necessidades da população e que a gestão pelo Centro de Saúde incorpora como uma das vantagens a continuidade dos cuidados pelo registo de episódios agudos no processo do doente." É deplorável e revoltante como um compromisso desta importância não esteja a ser um honrado pelo Ministério da Saúde e que em função disso os doentes com episódios agudos não disponham de assistência médica em tempo útil no período estimado como o de maior afluência para este tipo de situações, precisamente entre as 8 horas e as 24 horas, mesmo não sendo a solução ideal, a consulta aberta nas instalações da unidade hospitalar a cargo dos profissionais do Centro de Saúde revelou-se uma resposta bastante útil, especialmente até ao momento em que o Ministério da Saúde e a Administração Regional de Saúde do Centro decidiram unilateralmente ignorar o protocolo, diminuindo consideravelmente o horário de acesso aos meios complementares de diagnóstico para mais, num dos períodos do dia, em que eles eram mais necessários. A anunciada machadada final aconteceu em 2019, quando o Ministério da Saúde e a ARS Centro, mais uma vez, sem terem dado qualquer satisfação ao município de Cantanhede, fazendo tábua rasa do acordo que

firmaram em 2007, avançaram com encerramento da consulta aberta, deixando os utentes à míngua de assistência médica em situações urgentes ou emergentes, uma população de cerca de 60.000 pessoas, considerando os concelhos de Cantanhede e Mira e franjas de outros vizinhos. Isto acontece depois da senhora Presidente da ARS à nossa frente, ter telefonado ao diretor do ACES para ordenar a manutenção da consulta. Não se sabe quem manda ou quem lidera, sabe-se quem não responde ou nada faz, também não temos conhecimento dos acordos entre o Centro de Saúde e o hospital para pôr fim ao protocolo existente entre as duas entidades. A inexistência de uma resposta atempada para os doentes com episódios agudos tem de ser urgentemente colmatada com uma solução consentânea com respeito devidos aos municípios e os princípios da boa fé que presidiram ao acordo celebrado entre o Ministério da Saúde e a ARS do Centro com esta Câmara Municipal, mas além deste problema grave, vários outros emergiram entretanto nos serviços de saúde do concelho de Cantanhede, que aliás está manifestamente subdimensionados para cumprir cabalmente a sua missão. Por outro lado, nas unidades de Saúde Familiar e nas extensões de saúde tem-se vindo a acentuar a falta de médicos para dar resposta às necessidades, o que deixa as populações desprotegidas, trata-se de uma situação que tem de ser alterado urgentemente, bastando para isso que a ARS do Centro cumpra com o que se comprometeu no protocolo que celebrou há alguns anos com a Câmara. Esta situação foi mais uma vez apresentada por escrito ao Senhor Secretário de Estado da Saúde em 13 de maio em Coimbra. Passado um mês, o gabinete da presidência contactou a Secretaria de Estado que informou que o Senhor Secretário de Estado da Saúde remeteu a carta ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que por sua vez a remeteu à ARS. Posteriormente foram novamente contactados por nós. Nada. Hoje, hoje de manhã, a Secretaria de Estado informou



que ainda não recebeu qualquer informação da ARS, porque esta entidade tinha por sua vez solicitado informação ao ACES e ainda não há resposta. O protocolo com a Secretaria de Estado com a criação do balcão em Vilamar do SNS 24 está assinado, mas não há material nem data de envio. Chocante, absolutamente chocante é o mínimo que se pode dizer do fecho por tempo indeterminado da Unidade de Saúde Familiar as Gândaras, devido à falta de técnicos administrativos, deixando os utentes da freguesia de Febres, São Caetano, Vilamar, Corticeiro de Cima, sem a assistência devida ao nível dos cuidados de saúde. Afinal de que serve o Governo, os partidos, proclamarem-se os grandes defensores do Serviço Nacional de Saúde, quando o Ministério da Saúde deixa um serviço básico da maior importância como da USF as Gândaras, numa situação de rotura total por tempo indeterminado devido à falta de técnicos administrativos. O município assegurou a vigilância, custeando a despesa de um elemento entre os dias 17 a 21, 24 a 28 de maio, 31 de maio a 4 de junho, para que não fechassem esta mesma consulta e mantivessem o serviço às populações. Garantiu ainda uma funcionária de limpeza de 7 a 11 de junho. Sempre que nos era solicitado, fizemos a parceria com a USF local, para que estes funcionários pudessem garantir esses serviços à população. Curiosamente neste momento nada nos foi comunicado. Solicitei a informação ao senhor Diretor do ACES que me referiu terem desencadeado há 2 semanas contrato de 2 CEI. Depois de terem duas assistentes técnicas de baixa, outra apresentou agora e a assistente técnica da outra unidade que estava lá, diz que não vai sozinha. Foi enviado um mail a disponibilizar os serviços da Câmara. Nada foi solicitado. Relativamente ao hospital Arcebispo João Crisóstomo, é necessário estabilizar urgentemente o quadro de pessoal, sobretudo o corpo médico, de modo a melhorar o serviço e a otimizar o bloco operatório. Além disso é preciso avançar rapidamente com medidas que ponham cobro a escassez de valências

cirúrgicas, e a oferta de consultas de especialidade, sem esquecer a necessidade urgente de melhorar as condições de trabalho em algumas áreas desta unidade hospitalar, que se debate com dificuldades de contratação de pessoal, devido ao estatuto no âmbito do setor público administrativo e ainda quanto ao hospital, gostaria de saber o fundamento da posição do Sindicato dos Enfermeiros hoje tornado público recentemente a dar conta do não pagamento de horas devidas a enfermeiros e outros funcionários. Lamento ainda que a ARS Centro não esteja a cumprir com o que acordou com a Câmara Municipal relativamente ao funcionamento dos postos de atendimento de cuidados de enfermagem, uma resposta social, criada e financiada pela autarquia ao abrigo de um protocolo que envolve também as Juntas de Freguesia que não possuem extensões de saúde. Este tipo de atendimento de proximidade com as populações tem-se revelado da maior utilidade, responde às necessidades das pessoas, sobretudo as mais idosas e, por isso, estranhamos muito que a ARS do Centro não esteja a cumprir a parte que lhe compete no âmbito do protocolo, além de não responder ao nosso pedido para que sejam criados mais três postos de enfermagem onde realmente fazem falta. O Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro, Rovisco Pais, continua sem Presidente do Conselho de Administração, não se sabem as razões. Talvez quando houver a nomeação, nós possamos entender. O hospital tem capacidade, técnicos de qualidade para ser uma referência nacional. Falta vontade. Neste sentido, apelo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos senhores Deputados, aos senhores Presidentes de Junta para avançarmos para uma petição pública em defesa do Serviço Nacional de Saúde e da sua valorização, uma causa que o Governo e os partidos que o sustentam na Assembleia não se cansam de proclamar, ao mesmo tempo do município de Cantanhede, o Ministério da Saúde nada faz para alterar o mais que deplorável estado



em que nos deixamos chegar à míngua de tudo, sobretudo de recursos humanos e de outros meios indispensáveis à prestação de cuidados de saúde à população."

Acrescentou de seguida que, quando depois de reiterados telefonemas efetuados, continua a ter o mesmo tipo de resposta, chega uma altura em que já não dá para aguentar mais e só demonstra que estão a brincar com algo de grave, a saúde da população; Quando dizem que a consulta aberta não seria necessária porque existe uma cobertura ótima em termos de extensões de saúde, esse argumento cai por terra porque as USF's não estão a correr bem, uma vez que têm excelentes médicos, excelentes enfermeiros, mas fecham-se por falta de apoio administrativo, apesar da Câmara se ter disponibilizado para prestar o apoio necessário. Referiu, de seguida que a petição que está em curso tem de ser direcionada para a questão da consulta aberta, de uma vez por todas e recordou que ninguém teve conhecimento da quebra do Protocolo existente, pelo que, sabendo o que é que a população diz, propôs a elaboração de uma petição pública escrita, para divulgar por todo o Concelho e que será enviada ao Sr. Primeiro-Ministro, à Assembleia da República ou a quem se entender.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual reforçou que a questão da saúde é um assunto já antigo, debatido em diversas assembleias municipais e que já envolveu vários agentes do concelho. Referiu que os Municípios não entendem se o problema é do ACES, da ARS, do Primeiro-Ministro ou da Ministra da Saúde, nem sabem quem decide estas questões, mas todos sabem que havia uma consulta aberta. Referiu ainda que, a Sr.ª Presidente da Câmara trouxe o assunto para a Assembleia, porque quer que todas as pessoas tenham acesso aos cuidados de saúde e sintam bem-estar, qualidade de vida e segurança. Acrescentou que, já se percebeu que, apesar das várias diplomacias, ninguém dá resposta, o que

representa uma falta de consideração e um insulto à população de Cantanhede, pelo que há que ter nova estratégia, porque a forma como têm insistido, quer no anterior executivo, quer no atual, não tem funcionado. Afirmou assim concordar com a proposta porque, como todos sabem, a população de Cantanhede está a envelhecer, como no país inteiro e, com o avançar da idade, há dificuldade na deslocação das pessoas, para além de poucos transportes públicos, justificando-se a necessidade de cuidados de proximidade. Perante o contexto de pandemia, considerou que em alternativa à manifestação mais popular de vir para a rua, de facto, a proposta de petição é uma possibilidade para o Município, podendo a câmara, se assim o entender apresentar as medidas que se venham a definir, em nome de mais e melhor saúde para os munícipes, tendo muito mais peso se todos os presentes se unirem na proposta da petição ou em outras medidas que venham a ser consideradas em defesa da saúde da população do concelho, sem partidarização do assunto, porque o mesmo é para o bem de todos os cidadãos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, o qual afirmou concordar com as intervenções anteriores e passou a explicar o que aconteceu na USF As Gândaras, em Febres, quando foi confrontado com o seu fecho por tempo indeterminado por falta de administrativos. Considerou tal facto extremamente vergonhoso e afirmou não conseguir perceber a passividade das entidades responsáveis pela saúde, perante o fecho de uma unidade de saúde por falta de administrativos. Afirmou que, perante a pandemia que se está a atravessar, eventualmente, até conseguia perceber se fosse por falta de técnicos ou de médicos, agora administrativos, quando a própria Junta de Freguesia e o próprio município, através da Sr.^a Vereadora Célia Simões, se têm mostrado sempre disponíveis para junto das entidades competentes tentar resolver o



problema, mas como esses contactos nunca surtiram qualquer tipo de efeito, vai-se tornando difícil dar respostas às pessoas e controlar o descontentamento que existe em Febres. Afirmou não conseguir perceber o que se está a passar, nem o porquê de não aceitarem a ajuda proposta e que não só Febres está a ser prejudicada, porque São Caetano, Vilamar e Corticeiro de Cima não têm qualquer tipo de apoio. Assim, considerou ser a altura de encontrar em outros tipos de manifestações e rapidamente, mostrar a quem de direito, a situação que se está a passar, em Cantanhede e em particular em Febres. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Ana Margarida Maia, a qual também frisou que a questão da Saúde no concelho de Cantanhede não é nova, nem recente, pois é trazida de forma reiterada e consistente a quase todas as Assembleias Municipais. Considerou assim que todos entendem que, sendo um tema tão importante e tão atual, deve ser incluído na ordem normal dos trabalhos para ser debatida com objetividade, assertividade e conhecimento de causa e não introduzida à própria da hora, daí não se terem oposto à sua inclusão na ordem de trabalhos. Nesse sentido, afirmou que, relativamente à defesa dos interesses da área da saúde da população, nomeadamente, com a manutenção da consulta aberta, o horário alargado, o reforço dos serviços da USF As Gândaras de Febres e a melhoria geral dos serviços de saúde no nosso concelho, o Partido Socialista manifesta a sua total disponibilidade em participar na defesa intransigente desse direito humano inalienável da saúde da população do concelho, porque não é uma questão de cor política mas sim de defesa dos interesses da população.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual reiterou algumas das posições anteriormente assumidas e recordou alguns factos: - Já por

várias vezes foi referida a ausência de resposta das entidades que tutelam o setor da saúde, a falta de cumprimento do protocolo, o encerramento da consulta aberta, a falta de meios complementares de diagnóstico, a questão dos postos de enfermagem e das extensões de saúde e as questões relacionadas com o Hospital Rovisco Pais; - A descrição feita pela Sr.^a Presidente da Câmara foi ao fundamental, mas havendo muito mais para acrescentar, porque as deficiências da saúde são gravíssimas e a pandemia só veio colocar a descoberto os problemas já existentes, desde a falta de investimento e de aquisição de equipamento e instalações, passando pela falta de capacidade para fazer a gestão corrente dos espaços envolventes; - O fecho da consulta aberta, condicionou Cantanhede para não ter uma farmácia de serviço permanente, porque uma coisa depende da outra; - O problema de Febres não é de hoje, S. Caetano, Vilamar, Corticeiro de Cima fecharam porque disseram que iriam melhorar em termos de recursos e de funcionamento, a U.S.F., no entanto, é uma unidade de saúde familiar fechada; - Estas situações talvez ajudem a perceber porque é que o Estado Central quer passar para as câmaras municipais a área da saúde, porque se não há administrativos, as câmaras terão de os contratar; - Recordou que, num discurso recente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal proferiu um discurso que foi visto como muita indignação por alguns representantes de outros partidos. No entanto, esquecem-se que o Presidente da CIM, José Carlos Alexandrino, Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital, foi eleito pelo Partido Socialista, e também começou o seu discurso dizendo que a saúde está péssima na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, assim sendo, não só em Cantanhede; - Apesar da bancada do PSD ter sido também apanhada um bocado de surpresa com a introdução deste ponto, considera-o perfeitamente justificável, pois a extensão de saúde de Febres fechou há 2 ou 3 dias, saiu ontem ou hoje a notícia da falta de

dinheiro para pagar as horas extraordinárias aos enfermeiros no Hospital Arcebispo João Crisóstomo e foi dado agora mesmo conhecimento da falta de respostas pela tutela pela Sr.ª Presidente da Câmara. Assim afirmou que a Bancada do PSD gostaria de contar com o conforto das bancadas presentes, porque no fundo, todos dependem do SNS, e querem um Sistema Nacional de Saúde que funcione e que dê cobertura às reais necessidades dos utentes e dos cidadãos; - Afirmando que pretendem soluções concretas e propostas que permitam melhorar a situação existente, recordou que: - O Dr. José Tereso tinha sido indigitado pelo PSD quando foi presidente da ARS, considerado responsável por tudo de mau que se passava no concelho; - Existe um Membro da Assembleia Municipal da Bancada do PS que está na administração dos HUC, outro Membro do PS e Presidente da Concelhia que está no Conselho de Administração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, que vários elementos distintos do PS já passaram pelo ACES e pela Direção de outras áreas funcionais do Sistema Nacional de Saúde. Concluiu que, mais do que indicar o papel daqueles elementos, o que pretendem é tomar medidas que realmente permitam reverter a situação, através de ações concretas. Assim, perante as intervenções anteriores, verificando-se que todos estão de acordo com a posição da Sr.ª Presidente da Câmara, anunciou que, já num campo mais político que, se as situações reclamadas não forem rapidamente invertidas, a bancada do PSD irá avançar com uma moção na próxima Assembleia Municipal, no sentido de complementar a petição que possa surgir. Nesse sentido, afirmou que gostariam de ter o conforto das demais bancadas, no sentido de mandar a Câmara Municipal, não só para a petição, mas também para todas as medidas que possam vir a ser necessárias na defesa intransigente do direito à saúde no concelho de Cantanhede, direito constitucionalmente previsto, que os cidadãos de Cantanhede não têm, no momento, devidamente salvaguardado. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes, referindo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, já disse muita coisa relativamente às farmácias, reiterou o que já foi dito por outros intervenientes e pela Sr.^a Presidente da Camara. Afirmando que, não está aqui em causa a qualidade dos profissionais relativamente, tanto às extensões de saúde como ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo, nem muito menos ao Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro, Rovisco País, de facto o Hospital de Cantanhede já não serve os munícipes como servia antigamente. Acrescentou que, neste momento, o Hospital não serve apenas a população do concelho, sendo basicamente uma unidade de internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados e que comporta uma unidade de convalescença da Rede Nacional de Cuidados Continuados, embora não podendo internar qualquer pessoa a nível nacional. Informou, de seguida, que a unidade de cuidados paliativos está mais virada para a região e que o bloco operatório, dada as contingências que já foram faladas, faz muito pouco dado que, apesar de ser excelente e ter muitas boas condições, não tem rentabilidade porque não há pessoas para trabalhar e nem médicos para fazer o que deve ser feito. Assim, considerou que esse facto leva a que as pessoas do Município recorram aos serviços de urgência da Mealhada, da Figueira da Foz ou ao Hospital de Coimbra, levando a que marquem naqueles hospitais a consulta de especialidade, já não vindo para o Hospital de Cantanhede. Como consequência, o Hospital de Cantanhede tem serviços que estão a ser esvaziados, nomeadamente, nos meios complementares de diagnóstico e nas consultas de especialidade. Informou, de seguida, que os que estão internados no Hospital de Cantanhede, depois já não vêm às consultas, porque são de outras zonas do país. Referiu ainda que, não se dá aos munícipes o que eles precisam,

nomeadamente, os cuidados básicos de saúde ao nível de situações agudas, nem é dado acompanhamento pelas unidades de saúde. Acrescentou que, quando se fala na USF As Gândaras, o mesmo já tinha acontecido com a USF da Tocha, e ainda nos anos anteriores em Murtede, Sepins e Bolho, acontecendo novamente na época de férias. Louvou de seguida os profissionais que estão a trabalhar de segunda a sábado, porque estão cansados, dado que o trabalho aumentou significativamente com o processo de vacinação. Recordou que os protocolos relacionados quer com a consulta aberta, quer com os postos de enfermagem foram quebrados, como todos sabem, levando ao esvaziamento dos serviços. Respeitando todos profissionais de saúde, todas as bancadas, todos os seus líderes, todos os partidos, afirmou concordar que têm de ir para a frente o mais rápido possível, porque as pessoas estão envelhecidas e doentes, não se conseguindo aguentar mais esta situação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, a qual, após cumprimentar todos os presentes, explicou que a questão da saúde, é uma situação que se prolonga há muito tempo, tendo S. Caetano ficado sem a extensão de saúde há mais de 12 anos. Houve alguma esperança na prestação de assistência e qualidade de serviço de saúde após a junção das três freguesias, S. Caetano, Vilamar / Corticeiro de Cima e Febres e com a abertura da USF As Gândaras, mas tal não aconteceu, e agora o problema na USF As Gândaras que está fechada por tempo indeterminado. Referenciou que não é preciso ter um resultado dos Censos 2021 para perceber que se tem de investir na saúde, em infraestruturas de apoio à população envelhecida, em cuidados continuados, em lares e em centros de dia. Acrescentou que é preciso haver união, porque Cantanhede está a ficar desprotegida no que toca à saúde, direito que assiste a qualquer cidadão português, conforme estipulado no

artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa. Acrescentou ser um direito de todos os portugueses, e não só dos da direita, da esquerda ou do centro, um direito de todos os presentes na Assembleia, para a qual foram eleitos para representar a população e os Municípios, sendo muito importante que, apesar de ter sido um último ponto introduzido por questões que foram compreendidas por todos, todos assinem a proposta da Sr.ª Presidente da Câmara. Acrescentou ainda que, avançando para uma petição pública, juntam-se pela saúde do concelho, porque não é só São Caetano, Febres, Corticeiro de Cima e Vilamar que estão mal em termos de saúde, todo o Município de Cantanhede está a ser sistematicamente abandonado, por quem os deveria defender na área de saúde. Acrescentou ainda, que espera que todos os Membros da Assembleia, concordem com a vontade de devolver às pessoas, por todos representadas, que são maioritariamente idosas e que procuram os serviços de saúde, um direito que lhes foi dado em 1976 e que aos poucos lhes estão a retirar. Referiu ainda, que muitas das pessoas da freguesia de S. Caetano dizem em jeito de desabafo que antes do 25 de Abril, estavam mais bem servidas, tinham assistência médica semanal, mais do que uma vez por semana e dois médicos na aldeia, quando neste momento, têm que pagar a táxis para se dirigir à Mealhada, à Figueira ou a Coimbra, porque em Cantanhede não têm resposta.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu ter ouvido com muita atenção a exposição da Sr.ª Presidente da Câmara e, que, conforme já por várias vezes foi referido pelos Membros da Bancada do PS, todos percebem e entendem muito bem a posição da Sr.ª Presidente da Câmara e as suas declarações, estando todos ao lado da defesa da acessibilidade a cuidados de saúde das populações do concelho. Acrescentou não ser com medidas populistas que se devem defender essas

situações, mas sim com medidas assertivas e ponderadas, pelo que a autarquia poderá sempre contar com o apoio dos elementos da Bancada do PS para a defesa da saúde das populações, da mesma forma e com o mesmo espírito com que está a bancada do PSD, podendo estar é a fazê-lo de formas diferentes. Referindo, de seguida, a forma e o momento como este ponto foi colocado na agenda na Assembleia, que dá que pensar, afirmou que muito poderia ser dito sobre o assunto, mas não se iria pronunciar. Relativamente, à Unidade de Saúde Familiar das Gândaras, afirmou não perceber como é que está fechada e porquê por tempo indeterminado, porque da informação que dispõe aquela Unidade de Saúde Familiar tem três administrativos, sendo que dois ficaram doentes e uma se terá recusado a ir trabalhar sozinha e acabou por meter atestado. Acrescentando que as pessoas têm direito a ficar doentes, considerou que poderia ter sido evitado o fecho daquela unidade, porque ela própria, enquanto profissional de saúde, sabe muito bem como é que as coisas se fazem, sendo, no entanto, a sua, uma posição pessoal. Relativamente, aos assistentes técnicos, informou que da informação que conseguiu apurar durante a tarde, foi autorizada a contratação de dois assistentes técnicos que, provavelmente, se irão apresentar a partir de segunda-feira.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra à Sr.ª Conceição Sá, a qual, após cumprimentar todos os presentes, deu os parabéns a todas as intervenções anteriores e em particular à da Sr.ª Presidente da Câmara. Realçou que, faz um ano que o Sr. Presidente da Assembleia fez o seu discurso e evocou o problema da saúde no concelho e nada foi feito. Afirmou, de seguida que, na verdade, os problemas não se resolvem com o tempo, agudizam-se e têm de ser resolvidos, e que não entende a razão pela qual a saúde na zona centro está a perder muita qualidade, em particular em Cantanhede. Referindo que todos têm responsabilidades

enquanto Membros da Assembleia, não podem fazer de conta que o problema não existe e têm que fazer o que for necessário. Perante a intervenção da Sr.^a Áurea Andrade, frisou que, sendo este um problema comum a qualquer pessoa e transversal a qualquer área partidária, gostaria que a união de esforços fosse efetiva, não sendo só no discurso, porque a saúde não é nenhuma filosofia, a saúde é prática. Referiu ainda que a saúde de proximidade, de que tanto se fala no século 21, não existe no concelho de Cantanhede, porque apesar de se ter adquirido uma unidade móvel, a saúde está numa situação tão grave que não se resolve apenas com aquele recurso. Assim, afirmou parecer-lhe que a petição é uma boa medida, existindo, eventualmente, outras medidas que possam ser necessárias fazer, mas se localmente ao nível da ARS não se resolver, terão que agir a um nível superior, sendo verdade que já se tentou junto da Senhora Ministra, pensando que a sua posição privilegiada de conhecer a realidade de Cantanhede pudesse ser um veículo favorável para a negociação, mas que veio a revelar-se ineficaz. Considerou assim, ser necessário avançar ou junto do Primeiro Ministro ou da bancada da Assembleia da República, dando conta de que se está a viver um problema que localmente não são capazes de resolver.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual afirmou que se quer a consulta aberta, mas não como tem estado a funcionar ultimamente, sem sacrificar os médicos que estão nas poucas extensões de saúde que existem e que retiraram o seu tempo nas mesmas. Acrescentou que, enquanto foi o período grave do COVID, o Município fez diligências, mas nunca tomou posições mais graves, por respeito ao Ministério e ao Governo, mas que já chega, o que se passou em Febres são é aceitável e revela o cansaço e a revolta das pessoas por andarem há muito tempo sem consultas. Afirmou de seguida



que, é muito aborrecido porque com a aproximação do período eleitoral, as coisas confundem-se, mas no momento o que deve estar em causa é única e exclusivamente a defesa da saúde em Cantanhede.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo que depois de todas as intervenções, já existem propostas. No entanto, reparando nos comentários legítimos, não só da Sr.ª Áurea Andrade, como também da Sr.ª Ana Margarida Maia, do assunto ter sido colocado fora da agenda, recordou que só são colocados assuntos fora da agenda quanto têm carácter de urgência, conforme prevê o regimento. Assim, entendendo-se que era urgente colocar à consideração da Assembleia tudo o que se passou nos últimos tempos e ainda que era importante que a Assembleia Municipal, em conjunto, pudesse tomar uma posição, foi apresentada a proposta da Sr.ª Presidente da Câmara no sentido de se fazer de uma petição pública, salientando a importância e alcance da mesma ser discutida no Parlamento, podendo-se dar conhecimento da mesma ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República, momento esse em que poderão todos ir a Lisboa mostrar a sua indignação, com educação e elevação e, tentar reverter politicamente a situação. Referiu que, na prática, o que se vai fazer é redigir uma petição, educada, sem componente político-partidária, apenas na defesa intransigente dos superiores interesses na área da saúde dos munícipes, para que todos possam subscrevê-la, sem a existência de qualquer carga política, será pedido aos Senhores Presidentes das 14 Juntas de Freguesia para fazerem o trabalho porta-a-porta, com elevação, sendo certo que se irá conseguir o número de assinaturas suficientes com carácter de urgência para submeter o assunto ao Parlamento. Acrescentou que, uma ação destas não é populista, mas sim um exercício pleno da democracia, com educação, com elevação, cumprindo as leis e as regras, e que, conforme foi sugerido pelo Sr.

Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, também líder da Bancada do PSD, a Assembleia pode tomar uma posição no sentido de mandar o executivo e a Senhora Presidente da Câmara para que tome as medidas necessárias para tentar reverter esta situação. Recordou que todos foram ouvidos e questionados sobre se estão em condições de apoiar a proposta. Relativamente ao facto de terem dito que não era o momento oportuno, dado que o assunto não estava na agenda, questionou da necessidade de se fazer uma Assembleia Extraordinária para aprovar o que pode ser aprovado na presente sessão, já que todos têm uma posição unânime sobre o assunto. Acrescentou que basta de discursos e de empatar dizendo que "*este não é o momento*", porque o assunto está em cima da mesa e tem que ser sufragado pela Assembleia. Recordou que, a petição proposta será focada na questão da consulta aberta, e em outras áreas que também poderão constar e cujo texto e eventuais sugestões serão dados conhecimento à bancada do Partido Socialista e à bancada da CDU. Deixou de seguida a promessa de que nada terá uma componente político-partidária e reforçou que se deve mandar a Câmara Municipal para fazer todos os esforços no sentido de tentar reverter a situação. Propôs de seguida que as propostas apresentadas à Assembleia Municipal fossem votadas separadamente.----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ricardo Almeida, o qual referiu estar de acordo avançar-se para uma petição pública, desde que tenha conhecimento prévio do texto da mesma. Afirmou, de seguida ter alguma dificuldade em compreender a necessidade de, paralelamente à petição que vai ser levar à discussão na Assembleia da República, existir uma delegação na Câmara Municipal, enquanto instituição. Acrescentou serem coisas bem diferentes e não concordar que, numa altura próxima de eleições, os Presidentes de Junta andem com petições porta



a porta, pois uma petição subscrita pela população de Cantanhede é uma coisa, outra coisa é a instituição Câmara de Cantanhede fazer algo em concreto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura referiu que uma coisa é a petição e outra coisa é a Assembleia dar força ao Executivo e à Sr.ª Presidente da Câmara no sentido de poderem fazer o que for necessário para reverter a situação. Explicou, de seguida, que a petição pública ao reunir as assinaturas necessárias, vai obrigar a Assembleia da República a recebê-la e que o texto da mesma, passará previamente por todos os membros da Assembleia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual recordou que a Sr.ª Presidente da Câmara afirmou que a petição iria incidir muito concretamente sobre a questão da reabertura da consulta aberta, logo, a proposta da bancada é no sentido de mandar a Câmara para continuar a tomar todas as diligências necessárias para a defesa da saúde do concelho, sendo uma questão de abrangência. Recordou que a consulta aberta é a questão mais preocupante e urgente que diz respeito a todo o concelho e aos concelhos limítrofes sendo que, há medidas que devem ser tomadas em concreto, nomeadamente, na defesa dos demais interesses. Relativamente à falta de pessoal, referiu não saber se a contratação de dois administrativos para Febres vai resolver o problema de Murtede e de Sepins/Bolho, porque a situação que já existia e já aconteceu esporadicamente em Covões, Ançã e Sepins/Bolho, e mesmo com toda a boa vontade do pessoal de enfermagem e médico, todos os anos acontece em Murtede. Recordou que, o pessoal que está nas extensões de saúde tem que ir fazer as substituições na consulta aberta, mas quando faltam trabalhadores, por doença ou por férias, ninguém os vai substituir nas extensões de saúde. Recordou que, muitas vezes, o pessoal das extensões de saúde e das Unidades de Saúde Familiar não

conseguem dar apoio à população mais desfavorecida, quer esteja institucionalizada nas IPSS, quer à população mais idosa que não tem acesso a transportes públicos por não ter no seu meio familiar um sistema de apoio.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação a proposta de petição pela reabertura da Urgência/Consulta aberta em Cantanhede, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- Foi, de seguida, colocada a votação mandar a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede para tomar as providências necessárias no sentido de reverter a situação da prestação de serviços de saúde no Concelho", tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação foi dada a palavra ao Sr. José Vieira, o qual, referindo que esteve algum tempo sem internet, questionou se, a proposta pressupõe, que a Sr.ª Presidente da Câmara, sempre que faça as suas intervenções, as comunique à bancada, porque lhe parece justo, mandar a Senhora Presidente, mas também haver um conhecimento das tomadas de decisão.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura que a Sr.ª Presidente da Câmara, se o entender, comunicará na próxima Assembleia Municipal todas as ações que realizará, porque ficará com a liberdade de fazer o que entender, a menos que haja qualquer coisa transcendente que deva ser informado.-----

----- Interveio a Sr.ª Presidente da Câmara que, afirmando que se o entenderem e se houver um interlocutor de cada bancada disponível, não lhe custará transmitir o que for necessário.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em

minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Finalmente, sendo 21h25 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

João Moura

----- O Primeiro Secretário:

João Maria Maia Nunes

----- A Segunda Secretária:

Fátima do Carmo do Jesus Cantanhede